



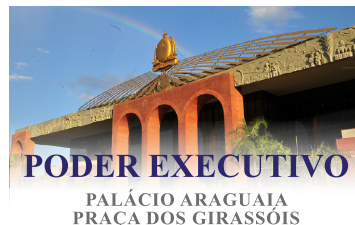
Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXII - ESTADO DO TOCANTINS, SEGUNDA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2020

Nº 5.580



ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 6.083, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre recomendações gerais aos Chefes de Poder Executivo Municipal para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 (novo Coronavírus), e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado, e

CONSIDERANDO, as recomendações expedidas pela Secretaria Estadual da Saúde, que reitera os Boletins Epidemiológicos nºs 07 e 08 do Ministério da Saúde no sentido de dar seguimento às medidas de distanciamento social, que visam principalmente reduzir a velocidade da transmissão do vírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Boletins Epidemiológicos nºs 07 e 08 do Ministério da Saúde veiculando que os locais que apresentarem coeficiente de incidência 50% superior à estimativa nacional devem manter a estratégia de Distanciamento Social Ampliado (DSA) até que o suprimento de equipamentos (leitos, EPI, respiradores e testes laboratoriais) e equipes de saúde estejam disponíveis em quantitativo suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de Distanciamento Social Seletivo (DSS);

CONSIDERANDO que o Distanciamento Social Seletivo (DSS) configura estratégia por meio da qual apenas alguns grupos ficam isolados, notadamente os que apresentam mais riscos de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave, como idosos e pessoas com doenças crônicas (diabetes, cardiopatias etc.), ou condições de risco como obesidade e gestação de risco, excetuadas assim as pessoas com idade abaixo de 60 anos, que podem circular livremente, se assintomáticas, mantendo conduta de distanciamento social e cuidados higiênicos;

CONSIDERANDO que o Estado do Tocantins, positivamente, ocupa a última posição no ranking de classificação por unidade federada dos casos de confirmação da COVID-19, contabilizando até a presente data o número de 1,63 infectados por 100 mil habitantes, sendo a única a não registrar óbitos,

SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA	3
CASA CIVIL	3
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	5
POLÍCIA MILITAR	5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	6
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	9
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	9
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	9
SECRETARIA DA SAÚDE	12
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	19
ADAPEC	25
FOMENTO	25
ATR	25
ATS	26
IGEPREV	27
NATURATINS	29
UNITINS	29
DEFENSORIA PÚBLICA	30
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	36
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	45

DECRETA:

Art. 1º É recomendada aos Chefes de Poder Executivo Municipal, a adoção de medidas que guarnecem a estratégia de evolução do Distanciamento Social Ampliado (DSA) para o Distanciamento Social Seletivo (DSS), na conformidade do que dispõem os Boletins Epidemiológicos nºs 7 e 8, do Ministério da Saúde, relativamente ao enfrentamento da COVID-19 (novo Coronavírus), baixando seus respectivos atos com o propósito de:

I - permitir o funcionamento de estabelecimentos comerciais que realizarem atividades e serviços privados não essenciais, mantendo-se rígido controle de acesso para evitar aglomerações, estimulando-se a lavagem das mãos, o uso de álcool em gel 70% e a observância da etiqueta respiratória.

II - garantirem que nos mais diversos locais, públicos e privados:

a) priorizem o distanciamento em filas para pagamento com marcação identificada aos clientes e assegurem o distanciamento de, pelo menos, dois metros entre seus colaboradores;

b) assegurem a manutenção de ambientes arejados, com banheiros higienizados, dotados de sabão líquido e papel toalha;

c) implementarem o pleno uso de máscara e disponibilizem álcool em gel, considerados, neste caso, os locais com maior circulação de pessoas.

Parágrafo único. As ações de fiscalização definidas por ato dos Chefes de Poder Executivo Municipal e executadas pela Vigilância Sanitária municipal contarão com o apoio da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Tocantins.

Art. 2º As recomendações estabelecidas neste Decreto poderão ser ajustadas, a qualquer tempo, para atender outras orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário previstas no Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Luiz Edgar Leão Tolini Rolf Costa Vidal
Secretário de Estado da Saúde Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 385 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

a servidora SANDRA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 950066-2, para o exercício da Função Comissionada da Segurança Pública - 3 - FCSP-3, da Secretaria da Segurança Pública, a partir de 9 de março de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 386 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

os servidores adiante indicados para o exercício das Funções Comissionadas da Segurança Pública, nos níveis que especifica, da Secretaria da Segurança Pública:

1. CIBELE MORAIS FONTINELLE MARTINS, matrícula 941363-2, FCSP-1;
2. ISRAEL ANDRADE ALVES, matrícula 11589531-1, FCSP-7;
3. PRISCILLA SILVA QUEIROZ, matrícula 11138130-2, FCSP-5.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 387 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

os servidores adiante indicados para o exercício das Funções Comissionadas, nos níveis que especifica, da Secretaria da Segurança Pública:

1. CAMILLE FANE OLIVEIRALIMABILHARINHO, matrícula 11606452-1, Chefe de Gabinete da Delegacia-Geral, FCSP-7;
2. ELYETTH FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 1240692-1, Assessor de Normas e Legislação da Delegacia-Geral, FCSP-5;
3. FIDEL KASSIO DOS PASSOS, matrícula 93224-1, Assessor de Normas e Legislação da DPC, FCSP-5.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 388 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

os servidores adiante indicados para o exercício das Funções Comissionadas de Administração abaixo especificadas, na Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO:



MAURO CARLESSE
Governador do Estado

ROLF COSTA VIDAL
Secretário-Chefe da Casa Civil

DISNÉA DIAS LIMA
Diretora do Diário Oficial do Estado

1. LARISSA LEMOS DE ANDRADE, matrícula 1273086-1, FCA-2;
2. LUCAS PEREIRA CAVALCANTE, matrícula 1285041-1, FCA-3;
3. NURIA PEREIRA DE SOUZA MELLO, matrícula 11144262-2, FCA-4;
4. OSMAR PINTO, matrícula 356740-2, FCA-2.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 389 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

THIAGO DE SOUSA COSTA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 390 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

o servidor JOSÉ MESSIAS BARBOSA DA SILVA, matrícula 880817-5, para o exercício da Função Comissionada Especial de Assessor Regional de Educação - FC-EDUCAÇÃO-2, da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, a partir de 16 de março de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 398 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

ARTHUR ROVANI QUEIROZ para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC, a partir de 6 de abril de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2020; 199º da Independência, 132º da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 399 - DSG.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

DESIGNAR

a servidora DORALICE LOUREIRO DA MOTA, matrícula 811352-1, para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-2, na Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC, a partir de 6 de abril de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2020; 199ª da Independência, 132ª da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 404 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

NOMEAR

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Secretaria da Administração, a partir de 14 de abril de 2020:

1. RODRIGO MAGNO DE MACÊDO, Chefe da Assessoria Jurídica - DAS-4;
2. ZENÓBIO CRUZ DA SILVA ARRUDA JÚNIOR, Assessor de Normatização - DAS-4.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2020; 199ª da Independência, 132ª da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

ATO Nº 405 - RED.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 36 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

REDISTRIBUIR, até vacância,

a partir de 14 de abril de 2020, para a estrutura operacional da Secretaria da Administração, o cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado II - CA-2, ocupado por WELLINGTON BARBOSA REBELO, nomeado pelo Ato nº 43 - NM, de 10 de janeiro de 2020, publicado na edição 5.520 do Diário Oficial do Estado.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2020; 199ª da Independência, 132ª da República e 32º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil

SECRETARIA EXECUTIVA DA GOVERNADORIA**PORTARIA SEGOV Nº 30, DE 03 DE ABRIL DE 2020.**

O CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR, respondendo pela Secretaria Executiva da Governadoria, assim designado nos termos do Ato nº 1.991 - DSG, Diário Oficial nº 5.420, de 15 de agosto de 2019, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º SUSPENDER, a fruição de férias da servidora, CLEIDIANE FEITOSA DE ARAÚJO, CPF nº 027.579.621-32, Nº Funcional 11180811-1, prevista para o período 01/04/2020 a 30/04/2020, período aquisitivo 2019/2020, assegurando-lhes o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e a servidora.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, 03 de abril de 2020.

DIVINO ALLAN SIQUEIRA
Chefe de Gabinete do Governador
Secretaria Executiva da Governadoria - Respondendo

CASA CIVIL**PORTARIA CCI Nº 424 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada da Segurança Pública - 3 - FCSP-3 a servidora CAROLINA ARAÚJO CUNHA FORNARI, matrícula 1272659-2, lotada na Secretaria da Segurança Pública, a partir de 9 de março de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 425 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

das Funções Comissionadas da Segurança Pública, nos níveis abaixo especificados, os servidores adiante indicados, lotados na Secretaria da Segurança Pública:

1. CAMILLE FANE OLIVEIRA LIMA BILHARINHO, matrícula 11606452-1, FCSP-7;
2. ELYETH FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 1240692-1, FCSP-5;
3. FIDEL KASSIO DOS PASSOS, matrícula 93224-1, FCSP-1.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 426 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Assessor de Normas e Legislação da Delegacia Geral - FCSP-5 a servidora PRISCILLA SILVA QUEIROZ, matrícula 11138130-2, lotada na Secretaria da Segurança Pública.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 427 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Delegado-Adjunto da 1ª Delegacia de Polícia / 1ª DP - Palmas - FCSP-2 o servidor ISRAEL ANDRADE ALVES, matrícula 11589531-1, lotado na Secretaria da Segurança Pública.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 428 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

das Funções Comissionadas de Administração abaixo especificadas, os servidores adiante indicados, lotados na Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO:

1. LUCAS PEREIRA CAVALCANTE, matrícula 1285041-1, FCA-2;
2. NURIA PEREIRA DE SOUZA MELLO, matrícula 11144262-2, FCA-3;
3. PATRICIA WOLNEY GARCIA, matrícula 11688513-3, FCA-2.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 430 - EX, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR, a pedido,

FABIOLA DE CASSIA FERREIRA DE LIMA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, a partir de 10 de março de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 431 - DISP, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada Especial de Assessor Regional de Educação - FC-EDUCAÇÃO-2 a servidora CELENY APARECIDA DE CARVALHO BORGES, matrícula 534216-1, lotada na Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, a partir de 4 de março de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 440 - EX, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

WAGNER DE OLIVEIRA CAMPOS de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Comissionado III - CA-3, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC, a partir de 6 de abril de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 441 - DISP, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

DISPENSAR

da Função Comissionada de Administração - FCA-2 o servidor ARTHUR ROVANI QUEIROZ, matrícula 11144270-1, lotado na Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa - ADETUC, a partir de 6 de abril de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 443, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, resolve

SUSPENDER,

para fruição oportuna, as férias de NELSON MUNIZ FILHO, matrícula 11463260-1, relativas a 2019/2020, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 444, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, resolve

CONCEDER

a NELSON MUNIZ FILHO, matrícula 11463260-1, de 14 a 28 de abril de 2020, as férias regulamentares relativas ao período aquisitivo 2016/2017, suspensas pela Portaria CCI nº 711, de 11 de julho de 2017, publicada na edição 4.925 do Diário Oficial do Estado.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 445 - CSS, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 19, de 18 de dezembro de 2015, resolve

CEDER

ao Ministério Público do Estado do Tocantins o Assistente Administrativo JORGIANO SOARES PEREIRA, matrícula 80266-1, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 447 - EX, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

EXONERAR

ZENÓBIO CRUZ DA SILVA ARRUDA JÚNIOR de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria Jurídica - DAS-4, da Secretaria da Administração, a partir de 14 de abril de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

PORTARIA CCI Nº 448 - CSS, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve

CEDER

ao Secretaria da Administração o Escrivão de Polícia VICTOR VANDRÉ SABARÁ RAMOS, matrícula 91458-2, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Segurança Pública, no período de 14 de abril a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

APOSTILA CCI Nº 34 - APT, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

a Portaria nº 411 - EX, de 2 de abril de 2020, publicada na edição 5.577 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar seus efeitos retroativos a 2 de abril de 2020.

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 005/2020
PROCESSO Nº: 2019/1015/00002
NÚMERO AUTOMÁTICO DO SIAFE/TO: 20000131
CONTRATANTE: Fundo Fardamento - Corpo de Bombeiros Militar (17.319.086/0001-12)
CONTRATADA: Workwear LTDA EPP
CNPJ DA CONTRATADA: 04.344.704/0001-32
OBJETO: Aquisição de fardamento para atender as necessidades do CBMTO
VALOR TOTAL: R\$ 413.092,78 (quatrocentos e treze mil noventa dois reais e setenta e oito centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.182.1160.4060
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30
FONTE DE RECURSO: 0100
VIGÊNCIA: Até utilização do quantitativo
MODALIDADE: Pregão Eletrônico
DATA DA ASSINATURA: 04/03/2020
SIGNATÁRIOS: Cel QOBM Reginaldo Leandro da Silva (pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins) Patrick Gonçalves Costa (pela Workwear LTDA EPP).

POLÍCIA MILITAR**PORTARIA Nº 001/2020 - DAL/PMTO**

Republicada para correção

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV, do §1º, do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10, da Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012;

Considerando o Parecer nº 183/2019/ASSJUR/2019 emitido pela Assessoria Jurídica da PMTO, o qual é favorável à locação do imóvel para funcionamento do Destacamento da PMTO no Município de Caseara/TO.

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do inciso X, art. 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para locação do Imóvel situado na Av. Campo Alegre, Lote 01, quadra 08 em Caseara - TO, tendo como locador o Sr. José Bonfim Batista Costa, no valor de R\$ 904,00 (novecentos e quatro reais) mensais, conforme Processo nº 2019/09030/000733 - PMTO.

Art. 2º Remeta-se para o Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas - TO, 02 de janeiro de 2020.

Jaizon Veras Barbosa - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 012/2020 - DAL/PMTO.

Republicada para correção

Dispensa licitação nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10 da Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do art. 24, inciso IV, c/c art. 26 da Lei 8.666/93, aplicasse também a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, em seu artigo 4º autoriza a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública que definitivamente se tornou o coronavírus, para aquisição de álcool em gel, no valor de R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais), conforme Processo nº 2020/09030/000199 - PMTO.

Art. 2º Remeta-se para o Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas - TO, 31 de março de 2020.

Jaizon Veras Barbosa - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 014/2020 - DAL/PMTO

Republicada para correção

Dispensa licitação nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10, da Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a realização de licitação, nos termos do inciso X, art. 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para locação do imóvel situado na Rua Rufino Bispo de Oliveira, nº 192, Quadra 012, Setor Lagoinha, Aurora do Tocantins, tendo como locador o senhor Josemar Gomes Soares, no valor de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais) mensais, conforme Processo nº 2020/09030/000142.

Art. 2º Remeta-se ao Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas/TO, 01 de abril de 2020.

Jaizon Veras Barbosa - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 016/2020 - DAL/PMTO

O CORONEL QOPM COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10 da Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012 e em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a renovação do Contrato nº 10/2019 de gerenciamento e abastecimentos de viaturas, consoante ao Processo nº 2018.09030.0426,

Resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 059/2019 - DAL/PMTO, datada de 18 de novembro de 2019, referente à designação de policiais militares para o exercício das atribuições de fiscais do Contrato nº 010/2019;

Art. 2º DESIGNAR o CAP QOPM RG 05.427/1 Artur José Holdefer, Mat. 925163 e o 2º SGT QPPM RG 04.494/2 RENATO FERREIRA, MAT. 1092855, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal Titular e Fiscal Substituto, respectivamente, do citado contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Publique-se em Boletim-Geral e cumpra-se.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas - TO, 03 de abril de 2020.

Jaizon Veras Barbosa - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

PORTARIA Nº 017/2020 - DAL/PMTO.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais lhe conferidas pelos incisos I e IV do §1º do art. 42, da Constituição do Estado do Tocantins, de 05 de outubro de 1989, pelo art. 10 da Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012;

Considerando as medidas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019, conforme a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade de aquisição de produto desinfetante, especialmente na prevenção, visando manter a assepsia dos ambientes administrativos e viaturas dos agentes que estão expostos na atividade operacional.

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a licitação, nos termos do art. 24, inciso IV, c/c art. 26 da Lei 8.666/93, em favor da empresa CASA DO FAXINEIRO LTDA - ME, CNPJ nº 09.338.375/0001-30, para aquisição 300 galões de desinfetantes no valor de R\$ 53.700,00 (cinquenta e três mil e setecentos reais), conforme Processo nº 2020/09030/000206 - PMTO.

Art. 2º Remeta-se para o Diário Oficial do Estado para publicação.

Quartel do Comando-Geral, em Palmas - TO, 03 de abril de 2020.

Jaizon Veras Barbosa - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMTO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO PMTO

PROCESSO Nº: 2020/09030/000199

ESPÉCIE: Aquisição

CONTRATADO: DISTRIBUIDORASUDOESTE CNPJ nº 31629675/0001-28
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins

OBJETO: Aquisição de álcool gel, visando atender as necessidades da Polícia Militar do Estado do Tocantins, conforme as especificações e quantidades contidas no Processo.

VALOR: R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.122. 1100. 2204

NATUREZA DA DESPESA: 33 90 30

FONTE DE RECURSOS: 100

VIGÊNCIA: Entrega imediata

DATA DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO: 31/03/2020

SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Jaizon Veras Barbosa - Comandante-Geral da PMTO e Diego Alvarenga Brito Monteiro - CASADO FAXINEIRO LTDA.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO PMTO

PROCESSO Nº: 2020/09030/000206

ESPÉCIE: Aquisição

CONTRATADO: CASA DO FAXINEIRO LTDA CNPJ nº 09338375/0001-30
CONTRATANTE: Polícia Militar do Estado do Tocantins

OBJETO: Aquisição de galões de desinfetantes, visando manter a assepsia dos ambientes administrativos e viaturas da Polícia Militar do Estado do Tocantins, conforme as especificações e quantidades contidas no Processo.

VALOR: R\$ 53.700,00 (cinquenta e três mil e setecentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programas 06.122. 1100. 2204

NATUREZA DA DESPESA: 33 90 30

FONTE DE RECURSOS: 100

VIGÊNCIA: Entrega imediata

DATA DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO: 06/04/2020

SIGNATÁRIOS: CEL QOPM Jaizon Veras Barbosa - Comandante-Geral da PMTO CASA DO FAXINEIRO LTDA.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 384/2020/GASEC, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

RETIFICAR,

o Ato Declaratório nº 46/2020/GASEC/SECAD, de 14 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 5.545, de 10 de fevereiro de 2020, na parte que trata do servidor abaixo relacionado.

ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
BRUNO DE CASTRO PAIXÃO JACOBINA, Nº FUNCIONAL 11689722/1, CPF: 809.709.155-00, função MÉDICO, a partir de 01 de janeiro de 2020.	BRUNO DE CASTRO PAIXÃO JACOBINA, Nº FUNCIONAL 11689722/1 CPF: 809.709155-00, função MEDICO, a partir de 31 de janeiro de 2020.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 406/2020/GASEC, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no art. 42, §1º, inciso I e IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 18/2019/GASEC, determinou-se que determinados servidores retornassem aos postos de trabalho, mediante a exclusão de seus nomes do ato que havia extinto os respectivos contratos de trabalho;

CONSIDERANDO, porém, que os servidores não retornaram aos exercício de suas funções, resolve:

EXCLUIR, da Portaria nº 18/2019/GASEC, de 8 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.273, de 08 de janeiro de 2019, os nomes dos profissionais abaixo relacionados, por ausência do exercício funcional após a restauração dos seus Termos de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário.

Ord	Nº Funcional	CPF	Nome	Função
01	11176741/3	300.678.551-72	EDNO ALVES RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO
02	11635282/1	001.514.441-02	IVANILSON JORGE PINTO	AGENTE ADMINISTRATIVO
03	1222120/3	866.495.581-68	WELDER JOSÉ ALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 418/2020/GASEC, DE 1 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019.

CONSIDERANDO que o inciso II, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, excetua da suspensão das progressões, os servidores públicos civis e militares, cuja aposentadoria ou transferência para a reserva por tempo de contribuição já tenham sido concedidas;

CONSIDERANDO ainda, que o Despacho anexado ao Processo/SGD nº 2020/40310/000049, constatou que o servidor aposentado tem direito às progressões funcionais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a evolução funcional ao servidor público aposentado PAULO ROBERTO MOLFI, Número Funcional 719411/2, Arquiteto, CPF nº 598.342.347-91, integrante do Quadro Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-o na correspondente referência/padrão, constante na Tabela I, do Anexo III, da Lei nº 2.669/2012, a partir da data de preenchimento de requisitos legais, especificada na tabela abaixo, a ser implementada em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	TRANSPOSIÇÃO/REPOSICIONAMENTO NA TABELA	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
VERTICAL	V-L	VIII-L	IX-L	01/03/2016

Art. 2º O Eventual passivo financeiro será pago pelo Tesouro, após o decurso do prazo de suspensão de 24 meses, conforme inciso II, do §3º, do art. 1º, da Lei 3.462.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 420/2020/GASEC, DE 1 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019.

CONSIDERANDO que o inciso II, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, excetua da suspensão das progressões, os servidores públicos civis e militares, cuja aposentadoria ou transferência para a reserva por tempo de contribuição já tenham sido concedidas;

CONSIDERANDO ainda, que o Despacho anexado ao Processo/SGD nº 2020/30550/000908, constatou que a servidora aposentada tem direito às progressões funcionais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as evoluções funcionais à servidora pública aposentada EDILENE BORGES MARINHO, Número Funcional 392458/3, Auxiliar Administrativo, CPF nº 310.970.221-53, integrante do Quadro Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-a nas correspondentes referência/padrão, constantes na Tabela IX, do Anexo VI, da Lei nº 2.669/2012, a partir das datas de preenchimento de requisitos legais, especificadas na tabela abaixo, a serem implementadas em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
VERTICAL	IV-G	V-G	01/03/2016
HORIZONTAL	V-G	V-H	01/03/2018

Art. 2º O Eventual passivo financeiro será pago pelo Tesouro, após o decurso do prazo de suspensão de 24 meses, conforme inciso II, do §3º, do art. 1º, da Lei 3.462.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 424/2020/GASEC, DE 1 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e com fulcro na Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019.

CONSIDERANDO que o inciso II, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, excetua da suspensão das progressões, os servidores públicos civis e militares, cuja aposentadoria ou transferência para a reserva por tempo de contribuição já tenham sido concedidas;

CONSIDERANDO ainda, que o Despacho anexado ao Processo/SGD nº 2020/17010/000097, constatou que a servidora aposentada tem direito às progressões funcionais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a evolução funcional à servidora pública aposentada WALNEIDE MOREIRA BASTOS, Número Funcional 320836/1, Técnica em Informática, CPF nº 252.582.651-53, integrante do Quadro Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins, posicionando-a na correspondente referência/padrão, constante na Tabela II, do Anexo III, da Lei nº 2.669/2012, a partir da data de preenchimento de requisitos legais, especificada na tabela abaixo, a ser implementada em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	TRANSPOSIÇÃO/REPOSICIONAMENTO	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
VERTICAL	V-L	X-K	XI-K	01/03/2016

Art. 2º O Eventual passivo financeiro será pago pelo Tesouro, após o decurso do prazo de suspensão de 24 meses, conforme inciso II, do §3º, do art. 1º, da Lei 3.462.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA Nº 428/2020/GASEC, DE 2 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o disposto na Lei nº 2.806, de 12 de dezembro de 2013, e com fulcro na Lei nº 3.462, de 25 de abril de 2019.

CONSIDERANDO que o inciso I, do §2º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, excetua da suspensão dos reajustes e progressões, os servidores públicos ativos, portadores das doenças graves, contagiosas, incuráveis ou incapacitantes;

CONSIDERANDO que o Parecer Médico nº 35/2020, da Junta Médica Oficial do Estado do Tocantins, expedido aos 06 dias do mês de fevereiro de 2020, anexado ao Processo nº 2020/34490/000002, enquadra o servidor nos termos do disposto acima mencionado;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a evolução funcional ao servidor público PAULÊNIO AZEVEDO FILHO, Número Funcional 664720/3, Técnico em Extensão Rural, CPF nº 549.562.181-68, integrante do Quadro de Profissionais de Extensão Rural do Estado do Tocantins, posicionando-o na correspondente referência/padrão, constante na Tabela II, do Anexo II, da Lei nº 2.806/2013, a partir da data de preenchimento de requisitos legais, especificada na tabela abaixo, a ser implementada em folha de pagamento.

TIPO DE PROGRESSÃO	PADRÃO/REFERÊNCIA ANTERIOR	TRANSPOSIÇÃO/REPOSICIONAMENTO NA TABELA	PADRÃO/REFERÊNCIA ATUAL	DATA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS
VERTICAL	V-I	VII-K	VIII-K	01/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 122/2020/GASEC/SECAD, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO, para assumir outro cargo ou emprego público, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado com a profissional abaixo relacionada, lotada no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins.

ORD	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR
	11681632/1	694.209.632-68	ENELUCIA VIEIRA DE SOUSA	ASSISTENTE ESPECIALIZADO II	2020/23000/000854	30/03/2020

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 123/2020/GASEC/SECAD, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO, para assumir outro cargo ou emprego público, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado com o profissional abaixo relacionado, lotado na Secretaria da Educação, Juventude e Esportes.

ORD	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR
01	353210/13	280.425.078-44	WASHINGTON DOS SANTOS ANDRADE	PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2020/23000/000856	30/03/2020

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

ATO DECLARATÓRIO DE EXTINÇÃO Nº 128/2020/GASEC/SECAD, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º, inciso II, da Lei nº 3.422, de 08 de março de 2019, resolve:

DECLARAR EXTINTO, a pedido, com aviso prévio, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmado com o profissional abaixo relacionado, lotado na Secretaria da Segurança Pública.

ORD	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	Nº PROCESSO	A PARTIR
01	11507381/4	056.210.061-00	LUAN ALVES DE ANDRADE	ASSISTENTE II	2020/23000/000861	09/03/2020

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 06/2020.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no artigo 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, considerando a negativa de notificação por meio do instrumento notificador encaminhado aos endereços constantes nos assentamentos funcionais, resolve: NOTIFICAR os ex-servidores abaixo relacionados para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, comparecerem à sede da Secretaria da Administração, sito à Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - TO, para quitarem seus débitos para com os cofres públicos, nos termos dos artigos 42, *caput*, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1818, de 23 de agosto de 2007, ou ainda, se manifestar, apresentando pedido de reconsideração em observância aos Princípios Constitucionais e do artigo 119 e seguintes da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007. Transcorrido o prazo informado, a ausência de quitação acarretará na inscrição imediata do devedor em dívida ativa, consoante §1º do artigo 43 do diploma legal em referência, bem como encaminhamento das informações pertinentes à Procuradoria-Geral do Estado, para procedimentos de execução judicial.

NOME	CPF
ANDRE WILSON VIEIRA MELO	978.562.151-00
ANDRESSA SILVA ARAUJO VALENTE	003.088.051-35
CHRISTIANNE PEDREIRA DOS SANTOS	785.174.191-20
DOMINGAS MELQUIADES DE OLIVEIRA	918.097.891-68
FERNANDO SOUSA DOS SANTOS	008.583.781-40
GLAUCO DE SOUSA ARAUJO	037.995.866-01
GIUNARIA LOPES DA SILVA	932.946.031-34
GUSTAVO GONÇALVES MARTINS DE OLIVEIRA	002.594.961-62
IVAN ALVES MOREIRA	001.982.171-96
LANY SARDINHA NOLETO JÚNIOR	830.908.271-15
LUCIANY MARTINS CHAVES	000.434.461-83
MARCELO PEREIRA DOS SANTOS	026.512.091-80
MARCIA VIEIRA TORRES DE ABREU	462.524.792-68
MARIA ELEGUSA NERES	497.941.751-53
MAIRA PLAWITLA CARVALHO FREITAS	028.796.711-59
MAURICIO FRAZÃO DE MELO MACIEL	058.462.561-16
MAURICIO DE SOUZA CRUZ	978.562.741-15
OSMAR ALVES TORRES FILHO	000.056.872-41
RAYNARA ARAUJO FONSECA	034.994.611-61
ROSSANIA BURJAQUES SOUSA TURIBIO	846.853.871-04
RUTY DA SILVA RITA	006.004.851-45
SAN LEE TEIXEIRA SAKAI	896.455.701-82
WATINA AMORIM DE ASSIS	038.951.801-81

Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 de abril de 2020.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 07/2020.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no artigo 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, considerando a negativa de notificação por meio do instrumento notificador encaminhado aos endereços constantes nos assentamentos funcionais, resolve: NOTIFICAR os servidores abaixo relacionados para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, comparecerem à sede da Secretaria da Administração, sito à Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - TO, para quitarem seus débitos para com os cofres públicos, nos termos dos artigos 42, *caput*, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1818, de 23 de agosto de 2007, ou ainda, se manifestar, apresentando pedido de reconsideração em observância aos Princípios Constitucionais e do artigo 119 e seguintes da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007. Transcorrido o prazo estabelecido e não havendo manifestação, o respectivo débito será incluído na folha de pagamento, para fins de reposição ao erário, nos termos em que dispõe a retrocitada Lei.

NOME	CPF
ALMERINDA FERREIRA MIRANDA	827.513.401-30
ANDRE VICTOR ARAUJO GONÇALVES	033.605.181-60
DELEUZA LOPES DOS SANTOS	560.651.591-15
DEBORA FONTINELLE CASTRO ARAUJO	196.168.052-15
JOSE WALTER CAZAROTTO	832.154.251-19
JONATHAS ALENCAR MARQUES	956.903.281-20
JUCIRENE VIEIRA LIMA	625.246.151-20
KELLY CICERA DOS SANTOS SENRA	868.397.801-04
KEILA MARIA CARVALHO DA SILVA	016.416.321-27
LEIDIVAN DIAS LUCENA	596.813.651-00
LEANDRO RIBEIRO DA SILVA	005.282.461-60
LUZIA COIMBRA AZEVEDO PARREIRA	596.813.651-00
OSMARIA RIBEIRO CAIXETA	758.624.111-53
RAIMUNDO NONATO DA CONCEIÇÃO SILVA	024.777.163-52
TARCIO RIBEIRO CALLOU	879.870.234-34

Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 dias do mês de abril de 2020.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 08/2020.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, consoante o disposto no artigo 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins e no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, considerando a negativa de notificação por meio do instrumento notificador encaminhado ao endereço constante no assentamento funcional, resolve: NOTIFICAR os servidores abaixo relacionados para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, comparecer à sede da Secretaria da Administração, sito à Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas - TO, para quitarem seus débitos para com os cofres públicos, nos termos dos artigos 42, *caput*, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 1818, de 23 de agosto de 2007, ou ainda, se manifestar, apresentando pedido de reconsideração em observância aos Princípios Constitucionais e do artigo 119 e seguintes da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007. Transcorrido o prazo informado, a ausência de quitação acarretará na inscrição imediata do devedor em dívida ativa, consoante §1º do artigo 43 do diploma legal em referência, bem como encaminhamento das informações pertinentes à Procuradoria-Geral do Estado, para procedimentos de execução judicial.

NOME	CPF
AURELIA RIBEIRO NUNES	829.651.451-68
JOSÉ BRUNO RODRIGUES COSTA	021.100.263-39

Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 de abril de 2020.

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

F.A: 17.001.010.20-0002099

CONSUMIDOR: ANYSSESIO CAVALCANTE SOUSA FILHO (CPF 76097803168)

FORNECEDOR: REAL CRED COBRANÇAS LTDA (CNPJ 09.097.325/0001-09).

A Chefia do Posto de Atendimento de Taquaralto, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos art. 4º, II, III e 105 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11.09.1990) e dos art. 2º, 4º, II, 5º, 33, §2º, 42, §2º, do Decreto Federal nº 2.181, de 19.03.1997, e considerando o fato de não ter conseguido notificar, via postal, a empresa reclamada (REAL CRED COBRANÇAS LTDA - 09.097.325/0001-09) notifica-a, VIA EDITAL, de que, ante a reclamação impetrada por ANYSSESIO CAVALCANTE SOUSA FILHO, foi instaurado o processo administrativo nº 17.001.010.20-0002099, imputando-a, em tese, conduta infrativa à legislação consumerista. Assim, deverá vossa Senhoria apresentar sua defesa no Posto de Atendimento do órgão, sito à Perimetral 04, Quadra 08, Lote 18, Sala 02, CEP: 77.060-019, dentro de um prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação em edital.

Palmas/TO, 16 de Março de 2020.

Posto de Atendimento de Taquaralto/TO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

PORTARIA-SEDUC Nº 473, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

Republicada para correção

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

LOTAR

a servidora ELVANICE LIMA CARDOSO DE SOUSA, matrícula nº 683209-4, cargo de Professora da Educação Básica, lotada na Escola Estadual Ana Macedo Maia, município de Porto Nacional, vinculada à Diretoria Regional de Educação de Porto Nacional, a partir de 13 de fevereiro de 2020, fixando sua carga horária em 180 (cento e oitenta) horas mensais.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº: 2008/37000/000781

Nº CONTRATO: 257/2010

ADITIVO Nº: 04

CONTRATANTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

INTERVENIENTE: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO

CONTRATADA: MOEDA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.330.587/0001-22

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e de execução ao Contrato nº 257/2010, conforme Justificativa Técnica nº 16/2019DFMOP às fl. 1383.

VIGÊNCIA: Serão acrescidos mais 240 (duzentos e quarenta) dias no prazo de vigência e execução ao contrato nº 257/2010.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2019

SIGNATÁRIOS: Adriana da Costa Pereira Aguiar - Representante Legal da Contratante

Juliana Passarin - Representante Legal da Interveniente

Marco Aurélio Galdino Lunes - Representante Legal Contratada.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFAZ Nº 297, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A PORTARIA SEFAZ Nº 275, de 17 de março de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5.570, de 25 de março de 2020, que interrompeu a partir de 04 de março de 2020, a fruição de férias do servidor JORGE ALBERTO PIRES DE MEDEIROS, CPF nº 351.039.495-04, nº funcional 442462-1, Auditor Fiscal da Receita Estadual, referente ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 303/2020/GABSEC

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins, e consoante o disposto no art. 24, Inciso IV, c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em consonância ainda com o artigo 28, §2º, inciso I do Decreto 6.046, de 10 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a execução orçamentária - financeira do Poder Executivo para o exercício 2020, e

A presente contratação visa atender a demanda contida no MEMORANDO SEFAZ/DAF/GGA/Nº 37/2020, com vista à aquisição de materiais de consumo (álcool 70%, máscara cirúrgica elástica e luvas de látex) a ser utilizado para segurança e proteção dos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento e suas unidades administrativas;

Ressalta-se que a aquisição se faz necessária diante da confirmação dos inúmeros casos de Coronavírus no Brasil e considerando a dispersão do vírus no mundo. Partindo deste fato, buscando atender o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020 em que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins, tornaram-se indispensáveis medidas saneadoras, urgentes e especiais que o caso requer.

Observa-se que os preços foram devidamente justificados os quais se encontram de acordo com os praticados no mercado, conforme documentações constantes do presente processo;

Considerando, o Parecer Jurídico Nº 79/2020/ASSEJUR, emitido pela Assessoria Jurídica desta Pasta, constante dos autos;

Considerando, ainda que foram observados todos os princípios que regem a administração, bem como a supremacia do interesse público;

RESOLVE dispensar a licitação pelo valor total de R\$ 43.150,00 (quarenta e três mil cento e cinquenta reais), referente aquisição de material de consumo (álcool 70%, máscara cirúrgica elástica e luvas de látex) em favor da empresa GREGORIO DE MACHADO LTDA, inscrita no CNPJ: 30.981.531.0001/73, com fundamento no art. 24, Inciso IV, c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, conforme instrução do processo administrativo 2020/25000/000202.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins, em Palmas, 03/04/2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 305, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço

MARIA DA LUZ FERREIRA DE SOUSA, CPF nº 332.680.531-49, nº funcional 418241-3, Assistente Administrativo, da Delegacia Regional de Fiscalização de Palmas para a Diretoria da Receita, a partir de 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 309, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A PORTARIA SEFAZ Nº 208, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5.557, de 05 de março de 2020, que designou a servidora MARIA HELANY DA SILVA, CPF nº 802.830.711-68, nº funcional 901390-1, para responder pela Superintendência de Contabilidade Geral, durante os impedimentos ou afastamentos de seu titular MAURICIO PARIZOTTO LOURENÇO, CPF nº 827.397.811-72, nº funcional 936136-2, no período de 1º a 30 de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 310, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A PORTARIA SEFAZ Nº 210, de 28 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5.557, de 05 de março de 2020, que autorizou no período de 1º a 15 de abril de 2020, a fruição de férias do servidor MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO, CPF nº 827.397.811-72, nº funcional 936136-2, Superintendente de Contabilidade Geral, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 311, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A PORTARIA SEFAZ Nº 209, de 28 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5.557, de 05 de março de 2020, que autorizou no período de 16 a 30 de abril de 2020, a fruição de férias do servidor MAURÍCIO PARIZOTTO LOURENÇO, CPF nº 827.397.811-72, nº funcional 936136-2, Superintendente de Contabilidade Geral, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 312, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com o art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

SUSPENDER,

A fruição de férias da servidora SIMONE COELHO DA SILVA GALVÃO CPF nº 950.885.471-53, nº funcional 1274910-1, Assistente Administrativo, previstas para o período de 23 de março a 06 de abril 2020, período aquisitivo 2018/2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 313, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço

MAICON JULIANO FRITSCH, CPF nº 010.177.851-12, nº funcional 76627-1, Operador de Microcomputador, da Superintendência de Administração Tributária para a Gerência de Arrecadação, a partir de 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 314, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, por necessidade do serviço

PAULO CESAR FREIRE DE ALMEIDA, CPF nº 347.658.671-53, nº funcional 437119-1, Gestor Público, da Diretoria de Grandes Contribuintes para a Gerência de Informações Econômico-Fiscais, a partir de 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 315, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso II, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, a pedido

VALDENILHA DE LIRA CARVALHO, CPF nº 576.542.041-91, nº funcional 688530-2, Gestor Público, da Diretoria de Grandes Contribuintes para a Delegacia Regional de Fiscalização de Paraíso do Tocantins, a partir de 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 317, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, c/c o art. 37, §1º da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DESIGNAR

ROSIMERE ALVES DOS SANTOS, CPF nº 394.413.851-15, nº funcional 501030-3, Assistente Administrativo, para responder pela supervisão da Agência de Atendimento de Pequizeiro, durante os impedimentos ou afastamentos de seu titular, RODERICO SILVA CERQUEIRA, CPF 198.307.691-00, nº funcional 267895-1, no período de 1º a 30 de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 318, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

A PORTARIA SEFAZ Nº 244, de 11 de março de 2020, publicada no Diário Oficial nº 5.570, de 25 de março de 2020, somente na parte que designou o servidor WILTON FERREIRA MACHADO, CPF nº 355.282.681-04, nº funcional 446960-1, Auditor Fiscal da Receita Estadual, para executar serviços especiais na Agência Avançada de Pedro Afonso, da Delegacia Regional de Fiscalização de Araguaína, no período de 1º a 29 de fevereiro de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PORTARIA SEFAZ Nº 319, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com art. 35, §1º, inciso II, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

REMOVER, a pedido

JURANDIR RIBEIRO ITAPIREMA, CPF nº 108.641.048-39, nº funcional 188235-2, Operador de Microcomputador, da Delegacia Regional de Fiscalização de Palmas para a Gerência de Gestão de Pessoas, a partir de 23 de março de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento

PROCESSO: 2018 13010 000014
CONTRATO: 002/2019
INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS - FAPTO

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS

O Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, PARALISA as atividades do Contrato nº 002/19, firmado com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO, que visa a "Elaboração de estudo piloto para avaliação de risco de contaminação no perímetro de irrigação São João, no município de Porto Nacional - TO, por meio de ensaios ecotoxicológicos", executada com recursos advindos da Operação de Crédito firmado com o Banco Mundial, através do Contrato de Empréstimo nº 8185-BR, para a implantação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável do Estado do Tocantins - PDRIS, a partir de 18 de março de 2020.

Justifica-se tal procedimento em decorrência da publicação do Decreto nº 6.070, de 18 de março de 2020, que declara Situação de Emergência no Tocantins em razão da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), visando intensificar a prevenção e combate ao contágio do vírus, visto que as atividades consistem na presença de consultores externos no Projeto, bem como, de reuniões com participação de produtores, gerando aglomerações.

Palmas-TO, 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário da Fazenda e Planejamento

PROCESSO: 2018 13010 000067

CONTRATO: 003/2019

INTERESSADO: CONSÓRCIO NIPPON KOEI LATIN AMERICA - CARIBBEAN CO., LTD E NIPPON KOEI LAC DO BRASIL LTDA

ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS

O Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, PARALISA as atividades do Contrato nº 003/19, firmado com Consórcio Nippon Koei Latin America - Caribbean Co., Ltd e Nippon Koei Lac do Brasil Ltda, com a liderança da Nippon Koei Lac do Brasil Ltda, que visa a "consultoria especializada para Gestão Integrada do Perímetro Público de Irrigação São João, no Município de Porto Nacional - TO", executada com recursos advindos da Operação de Crédito firmado com o Banco Mundial, através do Contrato de Empréstimo nº 8185-BR, para a implantação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável do Estado do Tocantins - PDRIS, a partir de 18 de março de 2020.

Justifica-se tal procedimento em decorrência da publicação do Decreto nº 6.070, de 18 de março de 2020, que declara Situação de Emergência no Tocantins em razão da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), visando intensificar a prevenção e combate ao contágio do vírus, visto que as atividades consistem na presença de consultores externos no Projeto, bem como, de reuniões com participação de produtores, gerando aglomerações

Palmas-TO, ao 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário da Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: 2017 13010 000051
CONTRATO Nº: 001/2018
ADITIVO Nº: 1º Termo Aditivo
Nº AUTOMÁTICO DO SIAFE/TO: 19000185
CONTRATANTE: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CONTRATADO: IKHON - GESTÃO, CONHECIMENTO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 05.355.405/0001-66
OBJETO: O presente Termo de Aditamento tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato para execução de serviços de consultoria para a aquisição de sistema de convênios e instrumentos congêneres para o Estado do Tocantins
NATUREZA DA DESPESA: 44.90.39
FONTE DE RECURSOS: 4220008185
DATA DA ASSINATURA: 27/03/2020
VIGÊNCIA: por mais 279 (Duzentos e setenta e nove) dias
SIGNATÁRIOS: Sandro Henrique Armando - Representante Legal do Contratante; Fabiano Carvalho - Representante da Contratada

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS**RESOLUÇÃO Nº 3, DE 30 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre a fixação da meta global de arrecadação do ICMS para a Secretaria da Fazenda e Planejamento, referente ao mês de abril de 2020.

A COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE METAS, instituída nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei nº 1.209, de 21 de fevereiro de 2001 e composta na conformidade do parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 1.209/2001, e o art. 8º do Decreto nº 5.164/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a meta global de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para o mês de abril de 2020 em R\$ 231.599.476,36.

Parágrafo único. A meta de arrecadação foi calculada conforme parágrafo único, art. 3º da Lei nº 1.209/2001, combinado com o art. 8º do Decreto nº 5.164, de 8 de dezembro de 2014.

Art. 2º A meta global de arrecadação do ICMS poderá ser revista até 16 de abril de 2020, considerando:

I - a deterioração recente das variáveis que fundamentam a sua mensuração, devido à pandemia do novo Coronavírus;

II - o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO
Secretário da Fazenda e Planejamento

MÁRCIA MANTOVANI
Assessora Técnica
Fazendária

HELDER FRANCISCO DOS SANTOS
Superintendente de Administração
Tributária

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES

CREDENCIAMENTO Nº 001/2019
PROCESSO Nº 2018/2300/03.378
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições, decide tornar público o julgamento do pedido de Credenciamento, conforme documentos acostados aos autos, que tem por finalidade credenciar Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para realizar a prestação de serviços na área de saúde e diagnósticos, hospitalares, de especialidades médicas, radioterapia, oncologia, terapia renal substitutiva e demais utilidades previstas e atualizadas em rol de procedimentos constantes na tabela própria do PLANSAÚDE (TPPS), conforme segue:

CREDENCIADOS DEFERIDOS:

CNPJ	CREDENCIADO	CIDADE	ESPECIALIDADE
34.818.166/0001-31	CLÍNICA MÉDICA AD ASTRA OTORRINO LTDA	Palmas/TO	Clinica/Consultório
11.310.870/0001-83	FERNANDES E CHAVES LTDA - ME	Araguatins/TO	Laboratório
06.413.934/0001-31	HOSPITAL SÃO RAFAEL LTDA	Imperatriz/Ma	Hospital/Laboratório/Pronto Atendimento/ Serviço Diagnóstico por Imagem
24.733.540/0001-42	ORTO LIFE ORTOPEDIA LTDA - ME	Palmas/TO	Clinica/Serviço Diagnóstico por Imagem

DOS RECURSOS: Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para interposição de recurso, conforme item 14 do edital.

Palmas - TO, 06 de abril de 2020.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 027/2020

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
0100 (TESOURO)
PROCESSO Nº 2019/3300/00.497

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações, designada pela Portaria/SEFAZ nº 1421, de 09 de dezembro de 2019, torna público o resultado do Pregão supracitado, objetivando a prestação de serviços de hospedagem com alimentação, que teve como vencedora a empresa ANTONIO EVARISTO DOS SANTOS & CIA LTDA, item 01, no valor de R\$ 150.773,48 (cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos).

VALOR TOTAL ADJUDICADO: R\$ 150.773,48 (cento e cinquenta mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos), perfazendo uma economia de 57,14% em relação ao estimado pelo órgão requisitante. O resultado completo encontra-se disponível nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.sgl.to.gov.br.

Palmas-TO, 06 de abril de 2020.

ETA PLESSE GONÇALVES CARVALHO
Pregoeira

SECRETARIA DA SAÚDE

PORTARIA - 101/2020/SES/GASEC,09/03/2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, e

Considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que "estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999";

Considerando o Decreto Estadual nº 5.816, de 10 de maio de 2018, que "regulamenta a Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública do Estado Tocantins e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, e adota outras providências";

Considerando o Termo de Colaboração nº 01/2019, que "tem por objeto, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, a transferência de recursos financeiros (oriundos do Ministério da Saúde/ Fundo Nacional de Saúde), da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colinas do Tocantins, habilitada pelo Ministério da Saúde em Centro Especializado em Reabilitação Intelectual e Auditiva - CER II, por meio da Portaria/MS/ SAS nº 1.357, de 02 de dezembro de 2013, visando o desenvolvimento de ações de cuidado à saúde no campo da reabilitação das pessoas com deficiência intelectual e auditiva".

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Dhieine Caminsk, Matrícula nº 1169044-5 - Diretora de Atenção Especializada, como gestor responsável pela gestão da parceria celebrada com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLINAS DO TOCANTINS - APAE COLINAS, por meio do Termo de Colaboração nº 01/2019.

Art. 2º As atribuições do gestor do Termo de Colaboração nº 01/2019 são as previstas no art. 61 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, e no art. 41 do Decreto Estadual nº 5.816, de 10 de maio de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se a Portaria Nº 344/2019/SES/GASEC, 27 de junho de 2019.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA - 114/2020/SES/GASEC, 12/03/2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, e

Considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que "estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999";

Considerando o Termo de Colaboração nº 01/2019, que "tem por objeto, mediante a conjugação de esforços dos partícipes, a transferência de recursos financeiros (oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde), da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colinas do Tocantins, habilitada pelo Ministério da Saúde em Centro Especializado em Reabilitação Intelectual e Auditiva - CER II, por meio da Portaria/MS/SAS nº 1.357, de 02 de dezembro de 2013, visando o desenvolvimento de ações de cuidado à saúde no campo da reabilitação das pessoas com deficiência intelectual e auditiva".

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 01/2019 e designar seus membros, como abaixo segue:

I - Titular: Laís Carvalho Quintanilha Mitt, Matrícula nº 1159432-2 - Gerente de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência;

II - Suplente: Noyama Lustosa Maciel Alexandre, Matrícula nº 1130013-2 - Assistente Social da Gerência de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

Art. 2º As atribuições dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração nº 01/2019 são as previstas nos artigos 58 e 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, e nos artigos 49 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Nº 343/2019/SES/GASEC, 27 de junho de 2019.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

**EDITAL Nº 01/2020/SES/GASEC
DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**

O ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SES/TO, e considerando o Decreto Estadual nº 6.078, de 2 de abril de 2020, publicado no DOE 5.576, de 2 de abril de 2020, faz saber, a quem possa interessar, que a partir da data da publicação deste edital, aceitará doações de pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesse em doar para a Administração Pública Estadual os bens móveis listados no Anexo I.

As doações visam a prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública provocada pela pandemia da Doença Infecciosa Viral COVID-19, que resultou na declaração de Situação de Calamidade em todo o território tocaninense, nos termos do Decreto nº 6.072, de 20 de março de 2020 do Governador do Estado, observados os princípios que regem a administração pública, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto deste edital é o oferecimento em doação de materiais e equipamentos destinados à prevenção e controle do COVID-19 (novo coronavírus), conforme especificações estabelecidas no Anexo I deste instrumento.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira em situação regular no país; pessoa jurídica, nacional ou estrangeira; e instituições governamentais poderá participar da presente Manifestação de Interesse, observando os termos deste edital.

2.2 As manifestações deverão ser apresentadas até o dia 30/04/2020, por meio eletrônico, através do e-mail: doacoes.ses.to@gmail.com, mediante o envio dos seguintes documentos:

- Manifestação de Interesse - Anexo II;
- Cópia do R.G e/ou CPF, se pessoa física;
- Cópia de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, se Pessoa Jurídica.
- Manifestação do órgão diretivo/deliberativo em caso de instituição governamental.

3. ENTREGA DOS BENS

3.1. O donatário (SES-TO), antes do recebimento formal da doação e por meio da sua respectiva área técnica, verificará e atestará as especificações técnicas e o estado de conservação dos bens doados.

3.2. O(s) bem(ns) deverão ser entregues até o dia 08/05/2020 no Almoxarifado Central da Secretaria de Estado da Saúde, sito à quadra 112 Sul, Rua Sr 3, lotes 18 a 20, Palmas/TO, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is).

3.3. Na ausência da nota fiscal, deverá ser emitida, pelo doador, declaração onde constem a origem, a data de aquisição e o estado em que se encontra(m) o(s) bem(ns).

3.4. A doação será formalizada mediante Termo de Doação (Anexo III), no momento da entrega dos bens.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. As comunicações com os doadores serão realizadas, preferencialmente, por intermédio de mensagem endereçada ao correio eletrônico informado na Manifestação de Interesse (Anexo II).

4.2. Eventuais dúvidas ou solicitação de esclarecimentos complementares deverão ser encaminhados pelo e-mail: doacoes.ses.to@gmail.com.

4.3. Os casos omissos serão apreciados e decididos pela SES, na forma da legislação vigente.

Palmas-TO, 06 de abril de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I**ESPECIFICAÇÕES DO(S) BEM(NS)**

DESCRIÇÃO	Tendo em vista a situação de emergência deflagrada pelo Covid 19 e a obrigação da devida prestação do serviço público aliado com o dever de zelar pela preservação das condições de saúde da população, o Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria da Saúde, solicita em doação os seguintes materiais e equipamentos necessários para medidas de prevenção e controle: - Máscara padrão de segurança N95/PPF2/N99/N100/PPF3; - Máscara cirúrgica; - Protetor ocular ou protetor de face; - Luvas; - Capote/aventail/jaleco; - Sabão líquido; - Alcool em gel; - Alcool 70%; - Higienizantes para o ambiente; - Termômetro digital; - Saco para descarte de resíduo contaminado - Ventilador Mecânico para cuidados intensivos - Monitor multiparâmetro - Aspirador cirúrgico - Ambu
CRITÉRIOS PARA A ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO	Os materiais ofertados devem atender as Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa, satisfazer os requisitos mínimos de qualidade estabelecidos em Norma Técnica (por exemplo: NBR/ABNT) e atender integralmente demais normas pertinentes. Os materiais de registro obrigatório, tais como os saneantes, devem apresentar no rótulo o número de registro na Anvisa ou de notificação. Já os Equipamentos de Proteção Individual - EPI devem possuir o Certificado de Aprovação - CA emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
QUANTIDADE	As quantidades poderão ser ofertadas de acordo com capacidade de cada doador.

ANEXO II - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

1. Dados da pessoa física ou jurídica:

Nome ou razão social: _____

CPF ou CNPJ: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____

CEP: _____

E-mail e/ou telefone: (____) _____ - _____

2. Descrição do bem: Pelo presente, venho demonstrar interesse no oferecimento da doação do(s) seguinte(s) bem(ns):

Especificações	Valor de Mercado (R\$)	Quantidade

E, por ser expressão da verdade, declaro: (1) ser o proprietário do(s) bem(ns) móvel(is) a ser(em) doado(s) e (2) que inexistem demandas administrativas ou judiciais sobre o(s) mesmo(s), estando os mesmos nas seguintes condições de conservação: (INDICAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO)

Li o Edital de Manifestação de Interesse nº xxx/2020 e concordo com todos os seus termos, bem como estou plenamente ciente de que a minha participação não ensejará quaisquer ônus ou contrapartidas, diretas ou indiretas, por parte da Administração Pública.

Palmas/TO, xxx de xxxxxx de 2020.

Nome
Cargo (se pessoa jurídica)
CPF

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº xxx/2020 QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO TOCANTINS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E XXXXXXXX.

O ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com sede na xxxxxxxx, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, neste ato representado por seu titular, Sr.(a) xxxxxxxx, doravante denominado DONATÁRIO,eXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxx, doravante designado(a) DOADOR(A), neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxx, nos termos do Edital de Manifestação de Interesse nº XXX/2020,resolvem celebrar o presente Termo de Doação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na doação sem ônus ou encargos, pelo DOADOR, de xxxxxxxx, conforme especificações e quantidades:

Especificações	Valor de Mercado (R\$)	Quantidade	Estado de conservação

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Doação tem início na data de xxx/xxx/xxx e encerramento em xxx/xxx/xxx, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Caberá ao DONATÁRIO:

- I - fornecer os dados, informações e apoio necessários ao recebimento do(s) bem(ns);
- II - incluir os bens doados no sistema estadual de controle de bens móveis, observando a legislação vigente, no que couber.

3.2. Caberá ao DOADOR:

- I - responsabilizar-se pela segurança e qualidade dos bens doados, nos termos da legislação aplicável;
- II - responsabilizar-se por quaisquer ônus que envolvam o fornecimento dos bens, inclusive custos decorrentes do transporte;
- III - observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

4.1. É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários ou político-partidários, ressalvada, após a entrega dos bens, a menção informativa da doação no sítio eletrônico do DOADOR.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1. Os bens doados estão sendo ofertados pelo DOADOR, sem coação ou vício de consentimento, estando o DONATÁRIO livre de quaisquer ônus ou encargos.

5.2. O DONATÁRIO declara que aceita a doação dos bens em todos os seus termos.

5.3. Os bens doados serão recebidos com o ateste do servidor designado pelo DONATÁRIO, após a verificação, pela sua respectiva área técnica, das especificações técnicas e o estado de conservação dos mesmos.

5.4. O DOADOR declara ser proprietário dos bens ora doados e que inexistem demandas administrativas ou judiciais com relação a eles.

5.5. O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos do DOADOR.

5.6. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

5.7. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as Leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma (“Obrigações Anticorrupção”).

5.8 O DONATÁRIO providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado.

5.9. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Doação será o da Cidade de Palmas/TO.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas testemunhas.

Palmas, xx de xxxx de 20xx.

Secretaria de Estado da Saúde
DONATÁRIO

xxxxxxxxxxxx
DOADOR

EDITAL 02/2020/SES/GASEC PARA VOLUNTARIADO

O Estado DO TOCANTINS, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SES/TO e considerando o Decreto Estadual nº 6.079, de 2 de abril de 2020, publicado no DOE 5.576, de 2 de abril de 2020, faz saber, a quem possa interessar, que a partir da data da publicação deste edital, CONVOCA para prestação de serviço voluntário, profissionais e estudantes da área da saúde, para atuarem nas unidades de saúde do Estado do Tocantins para o enfrentamento à COVID-19.

As inscrições poderão ser feitas através do site <http://voluntarios.to.gov.br/>.

Após o preenchimento do formulário, a equipe da Secretaria de Estado da Saúde entrará em contato.

Palmas-TO, 06 de abril de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

**EXTRATO DO 4º TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2016**

PROCESSO: 2017.30550.001452

TERMO ADITIVO: 4º

CONTRATO: 021/2016

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

CONTRATADA: V.C DO PRADO - ME

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM COMO OBJETO ALTERAR A "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA" AO CONTRATO Nº 21/2016, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

1 - FICA O CONTRATO PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, VIGORANDO DE 07 DE ABRIL DE 2020 ATÉ 07 DE ABRIL DE 2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4352/10.302.1165.4113

ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.39

FONTE: 102/250

VALOR: R\$ 350.258,25 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2020

SIGNATÁRIOS: LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI - P/CONTRATANTE

V.C DO PRADO - ME - P/CONTRATADA

PROCESSO Nº 2017.30550.003176

5º TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 107/2016, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO TOCANTINS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E O CONSORCIO DE EMPRESAS: INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA E INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA.

Pelo presente instrumento, O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, por meio da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob nº 25.053.117/0001-64, representada por seu Secretário, LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI, brasileiro, nomeado Secretário da Saúde pelo Ato Governamental de nº 1.478 - NM., publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.361, em 21/05/2019, doravante denominado CONTRATANTE, e o consórcios de empresas: INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA E INTENSICARE e INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE, devidamente qualificada no Termo do Contrato nº 107/2016 dos Processos nº 2016.30550.006022, que tem por objeto a prestação de serviços hospitalares nas especialidades de terapia intensiva neonatal, para gestão e operacionalização de Leitos de UTI nas dependências do Hospital e Maternidade Dona Regina Siqueira Campos, e procedimentos clínicos e cirúrgicos em caráter excepcional não ofertados pelo SUS, com motivação e finalidade descritas no Termo de Referência do órgão requisitante, neste ato representado por quem de direito, doravante denominada CONTRATADA resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO, sob a forma e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RERRATIFICAÇÃO

Lavra-se este ajuste para rerratificar o preâmbulo do Contrato nº 107/2016.

ONDE CONSTA:

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, através da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob nº 25.053.117/0001-64, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Marcos Esner Musafir, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na Rua 23-A, nº 170, Quadra E-12, Lote 11-A, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74.150-110, inscrita no CNPJ sob nº 10.249.724/0001-27, representada por seus sócios administradores ANTÔNIO CÉSAR TEIXEIRA, brasileiro, médico, residente e domiciliado na Avenida Floresta, quadra 24, lote 03, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEPA:74.680.210, inscrito no CPF/MF sob nº 124.005.641-91, portador do RG nº 239.177 e RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO, brasileiro, médico, inscrito no CPF/MF sob nº 860.427.851-68, portador da Cédula de identidade de RG nº 3667177, residente e domiciliado na Alameda das Espatodias, Quadra 57, Lt. 24, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEP: 74.680-160 e INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na Q LOC ACSU SO 40, s/n, Conjunto 02, Lote 07, Andar 2, Bloco 2, Centro, Palmas -TO, CEP: 77.015-556, inscrita no CNPJ sob nº 10.472.252/0001-77, doravante denominada CONTRATADA, representada por seus sócios administradores BRUNO AQUINO MONTEIRO, brasileiro, economista, residente e domiciliado na Quadra 404 Sul, Alameda 02, Lt. 03, Apto. 503, Edifício Capri, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.021-600, portador da CNH 01853310804, RG 4315519 DGPC-GO e CPF/MF 997.964.901-10 e PAULO ANTÔNIO DE AQUINO, brasileiro, médico, residente e domiciliado à Rua Das Perobas, Qd. 29 A Lt. 6, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEP: 74.680-410, inscrito no CPF/MF sob nº 101.067.901-53, portador do RG nº 138358 2º via, expedida pela SSP/GO, resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta examinada e aprovada pela SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS e pela PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, devidamente homologado e adjudicado o seu objeto no termos do Despacho nº 520/2016, de 16/06/2016 tudo constante do processo administrativo nº 2015/30550/003477, mediante as cláusulas e condições seguintes:

FAZER CONSTAR:

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, através da Secretaria Estadual de Saúde, inscrita no CNPJ sob nº 25.053.117/0001-64, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI, brasileiro, nomeado Secretário da Saúde pelo Ato Governamental de nº 1.478 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.361, em 21/05/2019, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na Q LOC ACSU SO 40, s/n, Conjunto 02, Lote 07, Andar 2, Bloco 2, Centro, Palmas -TO, CEP: 77.015-556, inscrita no CNPJ sob nº 10.472.252/0001-77, doravante denominada CONTRATADA, representada por seus sócios administradores BRUNO AQUINO MONTEIRO, brasileiro, economista, residente e domiciliado na Quadra 404 Sul, Alameda 02, Lt. 03, Apto. 503, Edifício Capri, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.021-600, portador da CNH 01853310804, RG 4315519 DGPC-GO e CPF/MF 997.964.901-10 e PAULO ANTÔNIO DE AQUINO, brasileiro, médico, residente e domiciliado à Rua Das Perobas, Qd. 29 A Lt. 6, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEP: 74.680-410, inscrito no CPF/MF sob nº 101.067.901-53, portador do RG nº 138358 2º via, expedida pela SSP/GO, e a empresa INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na Rua 23-A, nº 170, Quadra E-12, Lote 11-A, Setor Marista, Goiânia-GO, CEP: 74.150-110, inscrita no CNPJ sob nº 10.249.724/0001-27, representada por seus sócios administradores ANTÔNIO CÉSAR TEIXEIRA, brasileiro, médico, residente e domiciliado na Avenida Floresta, quadra 24, lote 03, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEPA:74.680.210, inscrito no CPF/MF sob nº 124.005.641-91, portador do RG nº 239.177 e RODRIGO TEIXEIRA DE AQUINO, brasileiro, médico, inscrito no CPF/MF sob nº 860.427.851-68, portador da Cédula de identidade de RG nº 3667177, residente e domiciliado na Alameda das Espatodias, Quadra 57, Lt.24, Residencial Aldeia do Vale, Goiânia-GO, CEP: 74.680-160 e resolvem celebrar o presente CONTRATO, elaborado de acordo com a minuta examinada e aprovada pela SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS e pela PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, devidamente homologado e adjudicado o seu objeto no termos do Despacho nº 520/2016, de 16/06/2016 tudo constante do processo administrativo nº 2015/30550/003477, mediante as cláusulas e condições seguintes:

A participação de cada consorciada se dará na seguinte proporção:

INTENSICARE GESTÃO EM SAÚDE LTDA. 1%
INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA. 99%

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

O presente Termo de Aditamento tem amparo legal nas disposições contidas no artigo 65, *caput*, c/c art. 58, I, da Lei nº 8.666/93, no Princípio da Mutabilidade do Contrato Administrativo e o da Inalterabilidade do objeto, bem como nas disposições contidas no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante, providenciar a publicação do extrato deste Termo de Aditamento no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

O Foro para dirimir as questões oriundas da execução ou da interpretação deste Termo de Aditamento é o da Capital do Estado do Tocantins.

E assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento vai a seguir assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Palmas-TO, 07 de abril de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário da Saúde

Contratante

INSTITUTO DE TERAPIA INTENSIVA DO TOCANTINS LTDA
Contratada

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 2019/30550/007794

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS na competência de Órgão Gerenciador, conforme prevê o Decreto Federal nº 7.892/2013, registrar Intenção de Registro de Preços para aquisição de PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES FITÕES, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.

Os órgãos que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar ofício para esta Comissão Permanente de Licitação manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

I - Solicitação de Compras;

II - Termo de anuência ao Termo de Referência do Órgão Participante, aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado.

O Termo de Referência deverá ser solicitado via e-mail: airp.sesauto@gmail.com.

O prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro é de 08 (oito) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

Maiores informações poderão ser obtidas na SES/CPL que fica localizada na Av. NS 01, AANO, Praça dos Girassóis, s/nº, Palmas/TO, CEP: 77.015-007 ou através dos telefones: (063) 3218-1715/1722.

Palmas/TO, 07 de Abril de 2020.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6063/2019

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 216/2019 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: CIRÚRGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 09.497.984/0001-32

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	242	UNIDADE	CATETER GUIA CALIBRE 6F A 8F	TERUMO	R\$ 563,00	R\$ 136.246,00
5	80	UNIDADE	CATETER GUIA CALIBRE 6F A 8F	TERUMO	R\$ 563,00	R\$ 45.040,00
VALOR TOTAL						R\$ 181.286,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Estadual nº 5.344/2015.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 31 de março de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

CIRÚRGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 09.497.984/0001-32

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6063/2019

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 216/2019 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: HOSPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO
HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 01.793.020/0001-20

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
8	540	UNIDADE	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	VICCA	R\$ 633,00	R\$ 341.820,00
14	231	UNIDADE	CONJUNTO DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC + MÓDULO PARA MONITOR Z	HPBIO	R\$ 409,00	R\$ 94.479,00
VALOR TOTAL						R\$ 436.299,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Estadual nº 5.344/2015.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 31 de março de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

HOSPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 01.793.020/0001-20

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6063/2019

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 216/2019 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: PATRICIA MANGINELLI - EPP
CNPJ: 04.061.935/0001-39

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
9	180	UNIDADE	CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA	VICCA	R\$ 635,00	R\$ 114.300,00
15	76	UNIDADE	CONJUNTO DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC + MÓDULO PARA MONITOR Z	HPBIO	R\$ 409,00	R\$ 31.084,00
19	127	UNIDADE	CONJUNTO PADRÃO PARA HIDROCEFALIA (TODOS OS TAMANHOS) CONSTITUÍDO POR CATETER VENTRICULAR, PERITONEAL OU ATRIAL E VÁLVULAS NAS PRESSÕES BAIXA, MÉDIA OU ALTA.	HPBIO	R\$ 613,65	R\$ 77.933,55
20	12	UNIDADE	CONJUNTO PARA HIDROCEFALIA DE BAIXO PERFIL (TODOS OS TAMANHOS) CONSTITUÍDO POR CATETER VENTRICULAR, PERITONEAL OU ATRIAL E VÁLVULAS DE BAIXO PERFIL NAS PRESSÕES BAIXA, MÉDIA OU ALTA.	HPBIO	R\$ 830,00	R\$ 9.960,00
VALOR TOTAL						R\$ 233.277,55

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Estadual nº 5.344/2015.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 31 de março de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

PATRICIA MANGINELLI - EPP
CNPJ: 04.061.935/0001-39

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6063/2019

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 216/2019 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: SÍNTESE COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 24.801.201/0001-56

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
18	382	UNIDADE	CONJUNTO PADRÃO PARA HIDROCEFALIA (TODOS OS TAMANHOS) CONSTITUÍDO POR CATETER VENTRICULAR, PERITONEAL OU ATRIAL E VÁLVULAS NAS PRESSÕES BAIXA, MÉDIA OU ALTA.	VENTURA	R\$ 550,00	R\$ 210.100,00
VALOR TOTAL						R\$ 210.100,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Estadual nº 5.344/2015.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 31 de março de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

SÍNTESE COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 24.801.201/0001-56

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6063/2019

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Eletrônico para registro de preços nº 216/2019 da Secretaria da Saúde/TO, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constante em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: SIRIUS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 29.912.285/0001-19

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
10	184	UNIDADE	CONJUNTO DE CATETER DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC - INFANTIL	HPBIO PROTESE	R\$ 386,19	R\$ 71.058,96
11	62	UNIDADE	CONJUNTO DE CATETER DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC - INFANTIL	HPBIO PROTESE	R\$ 386,19	R\$ 23.943,78
12	270	UNIDADE	CONJUNTO DE CATETER DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC - ADULTA	HPBIO PROTESE	R\$ 392,90	R\$ 106.083,00
13	90	UNIDADE	CONJUNTO DE CATETER DE DRENAGEM EXTERNA E MPIC - ADULTA	HPBIO PROTESE	R\$ 392,90	R\$ 35.361,00
35	48	UNIDADE	SHUNT LOMBO-PERITONEAL	HPBIO PROTESE	R\$ 567,70	R\$ 27.249,60
VALOR TOTAL						R\$ 263.696,34

01. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Prazo de validade:

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III, do §3º, do art. 15, da Lei Federal 8.666/1993.

1.2. Do local e prazo de entrega:

O local e prazo de entrega será na conformidade do Termo de Referência, anexo do Edital.

1.3. Condições para contratação:

a) As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

b) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

c) Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Decreto Estadual nº 5.344/2015.

1.4. Condições de gerais:

a) As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

b) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

1.5. Das assinaturas:

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas - TO, 31 de março de 2020.

LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI
Secretário de Estado da Saúde

SIRIUS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 29.912.285/0001-19

AVISO DE PRORROGAÇÃO SINE DIE DO PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 046/2020 site: www.publinexo.com.br

A Secretaria de Estado da Saúde torna público que foi prorrogada *Sine Die*, a data da abertura do certame acima, que tem por objeto Registro de Preços para eventual e provável aquisição de materiais hospitalares - fios cirúrgicos, conforme especificado no edital e seus anexos. A prorrogação ocorre pela necessidade de adequação do edital e seus anexos (Processo nº 2019/30550/006366).

Palmas-TO, 07 de abril de 2020.

Maurício Mattos Mendonça
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 216/2019 AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO

O Superintendente da Central de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 216/2019 - Processo Administrativo Nº 2019/30550/6063, conforme segue:

HOSPTECH COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 01.793.020/0001-20, o valor adjudicado R\$ 436.299,00.

PATRICIA MANGINELLI - EPP
CNPJ: 04.061.935/0001-39, o valor adjudicado R\$ 233.277,55.

CIRÚRGICA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 09.497.984/0001-32, o valor adjudicado R\$ 181.286,00.

SÍNTESE COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 24.801.201/0001-56, o valor adjudicado R\$ 210.100,00.

SIRIUS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 29.912.285/0001-19, o valor adjudicado R\$ 263.696,34.

O valor total adjudicado R\$ 1.324.658,89. O resultado completo encontra-se disponível no site: www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 31 de março de 2020.

MAURÍCIO MATTOS MENDONÇA
Superintendente da Central de Licitação

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SSP Nº 169, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 195 - NM, de 1º de fevereiro de 2019, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores: Milene Ferreira de Sousa, Gerente Geral de Administração, matrícula nº 1067800-1, Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho, Escrivã de Polícia, matrícula nº 11606452-1 e Dieverson Martins dos Reis, Perito Oficial, matrícula nº 11644788-1, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Recebimento de Materiais de Proteção Individuais (EPis), que serão recebidos em doação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme ofício nº 27/2020/Clnt/CGISP-DPSP/DPSP/SENASP/MJ.

2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 06 de abril de 2020.

CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 170, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 195 - NM, de 1º de fevereiro de 2019, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, atendendo o disposto no art. 165, da Constituição Federal, e art. 80, da Constituição Estadual, bem como, o disposto no art. 8º da Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, na Lei 3.622, de 18 de dezembro de 2019, bem como a IN 001/2020 GABSEC/SEFAZ:

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores responsáveis pelo Planejamento e Orçamento, Objetivo do Programa Temático do Plano Plurianual 2020/2023 e pelas ações constantes na Lei Orçamentária Anual, referente ao exercício de 2020, no âmbito desta Secretaria, na forma estabelecida no quadro Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SSP Nº 170, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

Planejamento e Orçamento	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
	Titular: Denise Raposo Franca	443016-2	Gestora Pública
	Suplente: Júlia Santiago da Silva	11674113-1	Gerente de Monitoramento de Políticas de Segurança

PROGRAMA TEMÁTICO: 1160 SEGURANÇA CIDADÃ				
Objetivo		Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
Promover de forma integrada a segurança pública estadual		Titular: Raimunda Bezerra de Souza	438800-2	Delegada Geral de Polícia
		Suplente: DúnyaWiczokekSprigo de Lima	894210-1	Superintendente da Polícia Científica
Implementar uma política de capacitação e valorização permanente dos profissionais de segurança pública		Titular: Mariana Rodrigues da Silva	11653116-1	Diretora de Políticas de Segurança
		Suplente: Ronie Augusto Rodrigues Esteves	282252-2	Diretor da Escola Superior de Polícia Civil
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
2082	Suporte e modernização tecnológica às unidades de segurança pública	Titular: Marco Aurélio Giralde	239826-3	Perito Oficial
		Suplente: Viviane Bueno da Silva Borges	201800-3	Analista
2105	Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia judiciária	Titular: Raimunda Bezerra de Souza	438800-2	Delegada Geral de Polícia
		Suplente: Camille Fane Oliveira Lima Bilharinho	11606452-1	Escrivã de Polícia
2387	Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia científica	Titular: DúnyaWiczokekSprigo de Lima	894210-1	Superintendente da Polícia Científica
		Suplente: Luciene das Graças Dantas	678251-4	Gestora Pública

2113	Manutenção do Centro Integrado de Operações Aéreas	Titular: Major Bruno Coelho Mendes	1052624-1	Diretor do Centro Integrado de Operações Aéreas
		Suplente: Leonardo Marincek Garrido da Nobrega	159399-1	Delegado de Polícia
2031	Capacitação, formação e valorização dos profissionais de segurança	Titular: Ronie Augusto Rodrigues Esteves	282252-2	Diretor da Escola Superior de Polícia Civil
		Suplente: Hélio Pereira Marques	499976-2	Agente de Polícia
2379	Gestão dos serviços de transporte das unidades de segurança	Titular: Álvaro Aguiar Parrião Júnior	971082-3	Agente de Polícia
		Suplente: Patrick Augusto Souza e Silva	11512962-3	Supervisor de Suporte e Operação
1039	Expansão e adequação da infraestrutura predial	Titular: Thiago Cardoso Alves Milhomem	971082-3	Analista II
		Suplente: Mariana Alves da Rocha Parente	1266772-5	Analista
1084	Reaparelhamento das unidades da Segurança Pública	Titular: Raimunda Bezerra de Souza	438800-2	Delegada Geral de Polícia
		Suplente: DunyaWiczokekSpricigo de Lima	894210-1	Superintendente da Polícia Científica
1144	Implantação de projetos de modernização da gestão e de políticas de segurança	Titular: Mariana Rodrigues da Silva	11653116-1	Diretora de Políticas de Segurança
		Suplente: Karoline Soares Chaves	11674113-1	Gerente de Desenvolvimento de Políticas de Segurança
3100	Apoio a projetos de manutenção e modernização da Polícia civil	Titular: Servílio Silva de Paiva	11674407-1	Subsecretário
		Suplente: Gisele Lacerda Ferreira	963553-4	Escrivã de Polícia
3102	Projetos para modernização das instituições de Segurança Pública	Titular: Mariana Rodrigues da Silva	547296-2	Superintendente da Polícia Científica
		Suplente: Júlia Santiago da Silva	11674113-1	Gerente de Monitoramento de Políticas de Segurança

AÇÕES DE GESTÃO				
Nº	Ação Orçamentária	Servidor Responsável	Matrícula	Cargo
2222	Manutenção de recursos humanos	Titular: Ana Paula Evangelista Rodrigues Freire	959987-2	Gerente de Gestão de Pessoas
		Suplente: Derval Pereira de França Duarte	433369-6	Motorista 3-I-G
2318	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	Titular: Milene Ferreira de Souza	1067800-1	Gerente de Administração Geral
		Titular: Fabricio Oliveira da Silva	1119277-1	Assistente Administrativo

PORTARIA SSP Nº 171, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a criação de Comissões Permanentes para o recebimento e controle de materiais doados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para os órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública do Estado do Tocantins.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 195 - NM, de 1º de fevereiro de 2019, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição da República;

CONSIDERANDO o Convênio de Cooperação Federativa nº 47/2017 - celebrado entre a União e o Estado do Tocantins, referente ao Processo nº 08020.006108/2017-36, que tem como objeto firmar Cooperação Federativa para estruturar a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e a Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), permitindo operações conjuntas, promoção de programas e projetos do Governo Federal, desenvolvimento de atividades de treinamento e capacitação, mobilização, emprego e desmobilização dos integrantes das Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Cíveis, Polícias Técnicas Científicas e Agentes Penitenciários das Unidades Federativas;

CONSIDERANDO que o referido Convênio dispõe na sua cláusula sexta, inciso II, alínea “g”, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponibilizará por meio de doação aos partícipes, os bens constantes do anexo ao acordo assinado;

CONSIDERANDO a indicação de representantes pela PM/TO e CBM/TO para compor a presente Comissão;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de normatizar o recebimento e controle desses materiais que serão doados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública aos órgãos integrantes das forças de segurança pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR Comissão Permanente para Recebimento de Materiais e Equipamentos doados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, composta pelos servidores abaixo, indicados por seus respectivos órgãos de lotação:

Presidente:
Nome: MILENE FERREIRA DE SOUSA Cargo: GERENTE GERAL DE ADMINISTRAÇÃO Matrícula: 1067800-1, Representante da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Membros:
1 - Nome: ROSANGELA PINTO MOREIRAAMORIM Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO Matrícula: 678184-2, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
2 - Nome: RILDO BARREIRA Cargo: DELEGADO DE POLÍCIA Matrícula: 315750-2 Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
3 - Nome: ARISTON RIBEIRO DE ARAÚJO Cargo: AGENTE DE POLÍCIA Matrícula: 919448-1, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
4 - Nome: LUCAS BRITO SANTANA Cargo: DELEGADO DE POLICIA Matrícula: 11229306-1, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
5 - Nome: CAMILLE FANE OLIVEIRALIMABILHARINHO Cargo: ESCRIVÃ DE POLÍCIA Matrícula: 11606452-1, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
6 - Nome: SAULO OLIVEIRA MACEDO Cargo: OPERADOR DE MICRO Matrícula: 721338, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
7 - Nome: MARIO LOPES DE SOUSA JUNIOR Cargo: ASSSISTENTE-3 Matrícula: 11614447, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
8 - Nome: MARCO AURÉLIO JÁCOME SOUSA Cargo: PERITO OFICIAL Matrícula: 1087312-2, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
9 - Nome: GIULIANO BRITO CUNHA Cargo: CA-1 Matrícula: 853279-5, Representante da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;
10 - Nome: ARTUR JOSÉ HOLDEFER Cargo: CAPITÃO Matrícula: 1092855, Representante da POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS;
11 - Nome: GUINOMAR REGINO DIAS MAGALHÃES Cargo: CAPITÃO Matrícula: 982183, Representante da POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS;
12 - Nome: DÁRIO BARBOSA Cargo: SUBTENENTE Matrícula: 632883-1, Representante da POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS;
13 - Nome: ANDRÉ CARVALHO DE ARAÚJO Cargo: TENENTE CORONEL Matrícula: 573842-4, Representante do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR;
14 - Nome: DONALDO LOURINHO DE OLIVEIRA Cargo: MAJOR Matrícula: 839477-1, Representante do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR;
15 - Nome: SANDRO SOUSAPINTO Cargo: CAPITÃO Matrícula: 751707-4, Representante do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

Art. 2º A referida Comissão Conjunta Permanente têm como atribuições:

I - receber os materiais doados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - expedir Termo de Recebimento Provisório acompanhado de relatório consignando o estado de conservação dos bens recebidos em doação, incluindo relatório fotográfico, se necessário;

III - elaborar Termo de Guarda com a descrição completa dos bens;

IV - elaborar Termo de Recebimento Definitivo, depois de efetivado os testes, se necessários, verificada a conformidade das especificações técnicas do material descrito no termo de doação;

V - efetivar a entrega dos bens no Setor de Patrimônio da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Militar do Tocantins, ou do Comando dos Bombeiros, de acordo com a Unidade a ser beneficiada.

Art. 3º Os servidores designados desempenharão suas atribuições na referida Comissão, sem prejuízo dos cargos e funções que atualmente desempenham em seus respectivos órgãos de lotação.

Art. 4º Após o recebimento do material, a Comissão Permanente deverá confeccionar Relatório final e apresentá-lo ao Setor de Patrimônio da SSP/TO.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar, sempre que necessário, documentos aos setores da SSP/TO, da PM/TO e do CBM/TO, bem como a participação de profissionais dos Órgãos da Segurança Pública.

Art. 5º A Comissão Permanente deverá encaminhar o material recebido para Setor de Patrimônio da SSP/TO para que seja efetivada a incorporação do bem ao acervo da Secretaria de Segurança Pública para posterior distribuição aos órgãos contemplados com a respectiva doação.

Art. 6º Em cada procedimento de recebimento de material, não será necessária a participação de todos os integrantes da Comissão, ora designada, bastando apenas à avaliação e assinatura de 03 (três) integrantes, os quais serão escolhidos e indicados para o ato de conformidade com a natureza do material a ser recebido e/ou do representante do órgão a ser beneficiado com a doação.

Art. 7º Os casos omissos e de responsabilidade dos membros da Comissão serão decididos por atos do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, com validade até a data de 31/12/2020.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS - SSP/TO, em Palmas - TO, aos 06 dias do mês de abril de 2020.

CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO
Secretário de Estado da Segurança Pública do Tocantins

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 002, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato 195 - NM, de 1º de fevereiro de 2019, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei 3.421, de 08 de março de 2019, e o art. 258 da Lei 3.461, de 25 de abril de 2019, alterados pela Lei 3.608, de 18 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os sistemas de colheita de elementos indiciários referentes aos procedimentos afetos à Polícia Judiciária;

Considerando o art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

Considerando os termos do art. 405, §1º, do Código de Processo Penal, que estabelece que, sempre que possível, com a finalidade de obter maior fidelidade das informações, entre as formas possíveis de documentação das oitivas do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas, deve-se dar preferência aos sistemas eletrônicos de gravação, ora aplicado de maneira análoga ao inquérito policial;

Considerando os termos do art. 405, §2º, do Código de Processo Penal, que prevê que, quando documentadas as audiências por sistemas eletrônicos de gravação, não há necessidade de transcrição, ora aplicado de maneira análoga ao inquérito policial;

Considerando a agilidade, economia e fidelidade do conteúdo das oitivas realizadas com a utilização de sistemas eletrônicos de gravação;

Considerando a admissão do uso de meios eletrônicos na transmissão de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

Considerando que o Poder Judiciário do Estado do Tocantins utiliza processo judicial eletrônico (e-Proc/TJTO), desde a edição da Instrução Normativa nº 05, de 24 de outubro de 2011;

Considerando que o art. 96 do Anexo Único ao Decreto 5.915, de 08 de março de 2019, autoriza a utilização de meios eletrônicos para o registro de atos formais de oitiva no âmbito dos Procedimentos Policiais; e,

Considerando que em algumas Centrais de Atendimento da Polícia Civil o baixo número de procedimentos flagranciais, notadamente durante o horário noturno, gera ônus desarrazoado à administração com a manutenção de autoridades policiais em regime de plantão;

RESOLVE:

Art. 1º Nas unidades policiais que possuam sistemas eletrônicos de gravação é obrigatória a gravação de audiências em todos os procedimentos policiais e administrativos.

§1º As audiências documentadas por meio sistemas eletrônicos de gravação dispensam transcrição.

§2º Nos casos em que não seja possível a utilização de sistemas eletrônicos de gravação, devidamente justificados em certidão própria, as audiências serão reduzidas a termo.

Art. 2º Todas as audiências registradas por sistemas eletrônicos de gravação serão documentadas por termo próprio, o qual deverá ser juntado ao respectivo procedimento policial e do qual constará:

- I - número do procedimento policial;
- II - qualificação daquele que será ouvido;
- III - registro de que a audiência foi realizada por sistema eletrônico de gravação;
- IV - breve resumo do conteúdo da gravação, destacando os pontos relevantes para a investigação;
- V - nome do delegado de polícia e do escrivão;
- VI - local, data e horário da audiência;
- VII - outros dados julgados relevantes.

§1º O compromisso legal das testemunhas, as objeções e decisões a elas afetas poderão ser gravadas por equipamento audiovisual.

§2º Sempre que a documentação das audiências ocorrer por meio de sistemas eletrônicos de gravação, o delegado de polícia ou escrivão deverá orientar previamente todos os envolvidos no ato quanto à segurança e confiabilidade do sistema adotado.

Art. 3º As peças referentes às audiências registradas por sistemas eletrônicos de gravação serão confeccionadas no sistema Procedimento Policial Eletrônico, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (PPE/SINESP), e conterão a assinatura digital de todos os que participaram do ato.

§1º Caso não seja possível a coleta digital das assinaturas, o termo de audiência deverá ser impresso, assinado por todos que participaram do ato e, ao final, anexado ao procedimento eletrônico juntamente com a mídia digital.

§2º A presidência das audiências caberá exclusivamente à autoridade policial que presidir o feito, vedada a delegação a outros servidores, policiais ou não.

§3º O delegado de polícia que presidir o procedimento poderá, em atendimento à solicitação da parte, determinar a impressão de qualquer peça ou disponibilização de arquivo digital para entrega ao interessado.

Art. 4º Todos os arquivos gerados deverão ser anexados aos sistemas PPE/SINESP e e-Proc/TJTO, facultada a manutenção de cópias nos computadores da unidade policial.

Parágrafo único. Caso não seja possível a anexação imediata dos arquivos gerados aos sistemas PPE/SINESP e e-Proc/TJTO, as mídias deverão ser armazenadas em *hardware* seguro até sua inclusão nos referidos sistemas.

Art. 5º Fica autorizado o uso de sistemas eletrônicos de gravação por videoconferência para a realização de procedimentos policiais e administrativos, incluindo autos de prisão em flagrante, termos circunstanciados de ocorrência, procedimentos disciplinares e cartas precatórias procedentes da PC/TO, nos casos em que os envolvidos estejam em município diverso da sede onde se encontre a autoridade policial responsável pela formalização do procedimento.

Parágrafo único. As audiências em cartas precatórias procedentes de polícias judiciárias de outras unidades da federação serão reduzidas a termo, sendo facultada, cumulativamente, sua gravação por sistemas eletrônicos, hipótese em que a resposta à carta precatória deverá disponibilizar a mídia digital com a gravação da audiência.

Art. 6º A Diretoria da Escola Superior de Polícia adotará as providências necessárias à orientação do efetivo quanto à forma de utilização dos sistemas eletrônicos de gravação disponibilizados.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO
Secretário de Estado da Segurança Pública

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 003, DE 6 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre os procedimentos para solicitação, pagamento e prestação de contas de diárias no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e adota outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato 195 - NM, de 1º de fevereiro de 2019, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, o art. 16 da Lei 3.421, de 08 de março de 2019, e o art. 258 da Lei 3.461, de 25 de abril de 2019, alterados pela Lei 3.608, de 18 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos atinentes à concessão de diárias no âmbito da Secretaria da Segurança Pública;

Considerando que a concessão de diárias a servidores ou a colaboradores eventuais, custeadas com recursos ordinários ou de outras fontes, obedece ao prudente controle do ordenador de despesa;

Considerando as Leis Estaduais 1.818, de 23 de agosto de 2007, e 3.461, de 25 de abril de 2019, bem como os Decretos Estaduais 3.560, de 13 de novembro de 2008, 2.455, de 6 de julho de 2005, e 5.942, de 6 de maio de 2019, e suas atualizações posteriores;

Considerando a Nota de Orientação Técnica 03/2013 da Controladoria-Geral do Estado, com orientações sobre a regulamentação de regiões administrativas para fins de pagamento de diárias, bem como a Resolução 462/2008 - TCE - Pleno, que orienta sobre procedimentos a serem observados na concessão de diárias;

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores policiais ou administrativos, com exercício funcional na Secretaria da Segurança Pública, que, no desempenho de suas atribuições, se afastarem da sede para outro ponto do território estadual, nacional ou internacional, devem observar o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede.

Art. 3º Quando o deslocamento ocorrer por mais de um município ou estado, considerar-se-á, para o fim de fixar o valor da diária:

I - o local onde ocorrer pernoite;

II - o local onde ocorrer maior número de pernoites, caso haja mais de um;

III - o último local onde ocorrer pernoite, caso haja mais de um e neles se dê igual número de pernoites.

Art. 4º O servidor fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ainda que o retorno ocorra após a meia noite;

II - o Estado custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias;

III - no dia do retorno à sede, ainda que este ocorra após a meia noite.

Art. 5º Não fará jus a diárias o servidor que estiver lotado em unidade da Secretaria de Segurança Pública localizada:

I - na Região Metropolitana de Palmas, instituída pela Lei Complementar 90, de 30 de dezembro de 2013, quando o deslocamento se der dentro dos limites da referida Região;

II - em Regional prevista no Anexo I ao Regimento Interno da Secretaria da Segurança Pública, aprovado pelo Decreto 5.979, de 12 de agosto de 2019, quando o deslocamento se der dentro dos limites da referida Região.

§1º Nas hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, o servidor fará jus a:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor da diária, se houver pernoite;

II - 30% (trinta por cento) do valor da diária, se houver necessidade de alimentação.

§2º O pagamento dos casos previstos nos incisos I e II do §1º deste artigo se dará mediante comprovação do pernoite ou da alimentação, desde que se tenha ultrapassado a carga horária diária normal de 08 (oito) horas.

Art. 6º É nulo o ato de atribuição de diária que tenha início na sexta-feira e se estenda a sábados, domingos e feriados, salvo se devidamente motivada a solicitação.

Art. 7º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se:

I - autoridade solicitante:

- a) o Secretário de Estado da Segurança Pública;
- b) o Secretário Executivo;
- c) o Delegado-Geral da Polícia Civil;
- d) o Superintendente da Polícia Científica;
- e) o Superintendente de Inteligência e Estratégia;
- f) o Superintendente de Administração e Finanças;
- g) o Superintendente de Segurança Integrada;
- h) o Corregedor-Geral da Segurança Pública;
- i) o Diretor de Políticas de Segurança;
- j) o Diretor de Comunicação;

II - autoridade concedente: o Secretário de Estado da Segurança Pública ou, em suas ausências e impedimentos, o ordenador de despesas que legalmente o substitua.

Art. 8º O afastamento e a atribuição de diárias obedecerão ao seguinte procedimento:

I - a chefia imediata do servidor beneficiário da diária expedirá, conforme modelos constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa:

a) ordem de missão policial, caso se trate de servidor policial;

b) ordem de serviço administrativo, caso se trate de servidor administrativo;

II - em seguida, o servidor beneficiário da diária preencherá, no Sistema de Gestão Integrada (SGI) ou outro que venha a substituí-lo, formulário de afastamento e atribuição de diárias, com observância a orientações divulgadas no sítio eletrônico da Secretaria da Segurança Pública, remetendo-o à sua chefia imediata;

III - estando o formulário devidamente preenchido, a chefia imediata do servidor o encaminhará à autoridade solicitante, observados os canais hierárquicos;

IV - caso o pedido atenda aos requisitos legais, a autoridade solicitante o homologará e o submeterá à decisão da autoridade concedente;

V - a autoridade concedente, se autorizar o afastamento e a atribuição de diárias, encaminhará o procedimento à Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil da Superintendência de Administração e Finanças, para adoção das providências necessárias ao pagamento, emissão de passagens, prestação de contas etc.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo aos casos em que se confundem na mesma pessoa as qualidades de:

I - chefe imediato do servidor beneficiário da diária e autoridade solicitante;

II - servidor beneficiário da diária e autoridade solicitante;

III - chefe imediato do servidor beneficiário da diária, autoridade solicitante e autoridade concedente;

IV - servidor beneficiário da diária, autoridade solicitante ou autoridade concedente.

Art. 9º O formulário de afastamento e atribuição de diárias deverá ser protocolado com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência da data inicial do afastamento, ressalvado o disposto no §2º deste artigo.

§1º Deverão ser concluídos, com prioridade, os demais atos do procedimento previsto no art. 8º, para que a diária seja paga em data anterior ao deslocamento.

§2º Em casos urgentes, assim entendidos aqueles que exijam pronta resposta, devidamente comprovados e homologados pela autoridade solicitante, o formulário de afastamento e atribuição de diárias deverá ser protocolado até 10 (dez) dias após o término do afastamento.

§3º O descumprimento do prazo previsto no §2º deste artigo caracterizará a transgressão disciplinar prevista no art. 97, em combinação com o art. 96, inciso XXIX, ambos da Lei 3.461, de 25 de abril de 2019, e ensejará a apuração de responsabilidade pela Corregedoria-Geral da Segurança Pública.

Art. 10. Quando, por necessidade do serviço, o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, o servidor terá direito às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que solicitadas e devidamente autorizadas.

Art. 11. O servidor beneficiário de diária deverá prestar contas por meio de relatório de viagem, conforme formulário padrão constante do Anexo II a esta Instrução Normativa.

§1º O relatório de viagem deverá ser apresentado à chefia imediata no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do término do afastamento ou do recebimento da diária, o que ocorrer por último.

§2º Nas hipóteses previstas no §1º do art. 5º desta instrução normativa, o relatório de viagem será instruído com a ordem de missão policial ou a ordem de serviço administrativo, bem como com os comprovantes de despesa com alimentação ou hospedagem.

§3º Quando o deslocamento do servidor for realizado por meio de:

I - transporte coletivo aéreo ou terrestre, o relatório de viagem será instruído com os bilhetes de embarque da passagem;

II - viatura da Secretaria da Segurança Pública, o relatório de viagem será instruído com cópia da ordem de missão policial ou da ordem de serviço administrativo, em que deverão ser registradas as características e demais dados da viatura utilizada.

§4º Logo após receber o relatório de viagem, a chefia imediata do servidor deverá homologá-lo e encaminhá-lo ao Núcleo de Análise Processual da Superintendência de Administração e Finanças (NAP/SAF), para fins de prestação de contas.

§5º Caberá ao NAP/SAF devolver à autoridade solicitante o procedimento para correção, por meio de solicitação de ação corretiva (SAC), se constatar qualquer irregularidade na prestação de contas.

§6º Caberá ainda ao NAP/SAF, identificada eventual irregularidade que possa caracterizar prática de transgressão disciplinar, encaminhar o procedimento à Secretaria Executiva para análise e adoção das providências pertinentes.

§7º Verificando a regularidade da prestação de contas, o NAP/SAF atestará essa circunstância e promoverá o respectivo arquivamento.

Art. 12. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, as diárias recebidas em excesso devem ser restituídas, no prazo de 5 (cinco) dias.

§1º Serão também restituídas, em sua totalidade, no prazo estabelecido neste artigo, as diárias recebidas, nos casos em que o servidor:

I - não se afastar da sede, por qualquer circunstância;

II - não prestar contas na forma e prazo previsto no art. 11 desta Instrução Normativa.

§2º As restituições de que trata este artigo serão efetuadas através de transferência ou depósito bancário a crédito da Secretaria da Segurança Pública, CNPJ nº 25.053.109/0001-18, Banco do Brasil, Agência nº 3615-3, Conta Corrente nº 82.013-X, e o respectivo comprovante será encaminhado ao NAP/SAF, com a justificativa da devolução das diárias

§3º Não havendo restituição das diárias recebidas indevidamente no prazo de 05 (cinco) dias, o beneficiário estará sujeito ao desconto do respectivo valor em folha de pagamento do mesmo mês ou, não sendo possível, no mês imediatamente subsequente, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, de natureza cível, criminal e administrativa.

§4º A ausência, o atraso, a ilegalidade ou a irregularidade na prestação de contas impedem a solicitação de nova diária e ensejam a aplicação das medidas legais cabíveis.

Art. 13. O procedimento de solicitação, instrução, concessão e prestação de contas de diárias deverá tramitar pelo Sistema de Gestão de Documentos (SGD).

Art. 14. O beneficiário da diária, a chefia imediata, a autoridade solicitante e a concedente responderão solidariamente nas esferas administrativa, civil e criminal, na medida de suas responsabilidades, por quaisquer ilegalidades evidenciadas no procedimento de solicitação, instrução, concessão e prestação de contas de diárias.

Art. 15. Ficam revogados eventuais disposições em contrário.

Art. 16. Eventuais dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.


Palmas/TO, 6 de abril de 2020.

CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO I À INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 003, DE 6 ABRIL DE 2020.
I - MODELO DE ORDEM DE MISSÃO POLICIAL

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS		SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		ORDEM DE MISSÃO POLICIAL	
				1 - OMP Nº XX/20.../..... SGD nº 20.../31009/.....	
2 - CHEFE DA EQUIPE:		3 - CPF:	4 - CARGO OU FUNÇÃO:	5 - MATRÍCULA:	
6 - DEMAIS INTEGRANTES DA EQUIPE:		7 - CPF:	8 - CARGO OU FUNÇÃO:	9 - MATRÍCULA:	
10 - MISSÃO:					
11 - DATA E HORÁRIO DE INÍCIO:					
12 - DATA E HORÁRIO DO TÉRMINO:					
13 - JUSTIFICATIVA CASO A DATA DE INÍCIO SEJA INFERIOR A 10 DIAS:					
14 - ITINERÁRIO:					
15 - DADOS CONHECIDOS:					
16 - RESTRIÇÕES:					
17 - TRANSPORTE:					
18 - ARMAMENTO/MUNIÇÃO:					
19 - TELECOMUNICAÇÃO:					
20 - VESTUÁRIO:					
21 - OUTROS:					
22 - RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS E MEDIDAS DE SEGURANÇA:					
23 - LOCAL E DATA:					
24 - AUTORIDADE DETERMINANTE:					
24.1 - NOME:		24.2 - CARGO OU FUNÇÃO:		24.3 - ASSINATURA:	

II - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO ADMINISTRATIVA

 GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		ORDEM DE SERVIÇO ADMINISTRATIVA 1 - OSA Nº XX/20.../..... SGD nº 20.../31009/.....	
2 - NOME DA UNIDADE:			
3 - SERVIDORES DESIGNADOS:			
4 - CPF:		5 - CARGO OU FUNÇÃO:	
6 - MATRÍCULA:			
7 - MISSÃO / SERVIÇOS:			
8 - DATA E HORÁRIO DE INÍCIO:			
9 - DATA E HORÁRIO DE TÉRMINO:			
10 - JUSTIFICATIVA CASO A DATA DE INÍCIO SEJA INFERIOR A 10 DIAS:			
11 - ITINERÁRIO DA VIAGEM:			
12 - TRANSPORTE: Veículo Oficial – MODELO XXX E PLACA XXX			
13 - LOCAL E DATA:/TO, de de			
14 - CHEFIA IMEDIATA:			
14.1 - NOME:		14.2 - CARGO OU FUNÇÃO:	
14.3 - ASSINATURA:			

ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 003, DE 6 ABRIL DE 2020.
(FORMULÁRIO PADRÃO DE RELATÓRIO DE VIAGEM)

 GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		RELATÓRIO DE VIAGEM	
1 - DATA ____/____/____			
2 - CATEGORIA:		2.1 - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ()	
2.2 - MILITAR ()			
DADOS PESSOAIS			
3 - NOME:		3.1 - MATRÍCULA FUNCIONAL:	
4 - LOTAÇÃO:		3.2 - CPF:	
5 - CARGO/FUNÇÃO:			
DADOS DA VIAGEM			
6 - ITINERÁRIO:	7 - PERÍODO:	8 - HORÁRIO DE SAÍDA:	9 - HORÁRIO DE CHEGADA:
	a ____/____/____		
10 - MEIO DE TRANSPORTE:			
11 - FINALIDADE:			
12 - RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:			

DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA DGPC Nº 148, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

A DELEGADA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins, o Ato nº 2.020-NM, de 21 de agosto de 2019, e o art. 118, inciso IV, alíneas “a” e “b” e, do Decreto nº 5.979, de 12 de agosto de 2019, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando o teor do §1º, inciso I, do art. 26, da Lei nº 3.461/19 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Tocantins), o qual dispõe sobre a remoção de servidor público, de ofício, por conveniência da Administração Pública;

Considerando que o inciso IX do artigo 54, do Regimento Interno da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, determina que dentre as atribuições da Diretoria de Polícia da Capital se encontra a de propor a lotação e a remoção de policiais civis que lhe são subordinados;

Considerando que o inciso IV, alínea ‘a’, do artigo 118 do Regimento Interno da Secretaria da Segurança Pública (anexo único ao Decreto Nº 5.979, de 12 de agosto de 2019), dispõe ser competente, a Delegada-Geral da Polícia Civil, para remover Delegado de Polícia, Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, de ofício, por conveniência da administração pública, de uma unidade administrativa para outra, no âmbito do Município de Palmas ou de uma mesma Delegacia Regional de Polícia Civil;

Considerando que o §2º, do artigo 83, do Regimento Interno da Secretaria de Segurança Pública dispõe ser possível que unidades policiais funcionem com efetivos de policiais civis diversos dos indicados pelos respectivos padrões de referência, sempre que a necessidade do serviço exigir;

Considerando que, de acordo com o princípio da continuidade do serviço público, este deve ser prestado de maneira contínua, regular, com qualidade e eficiência;

Considerando a Proposta de Portaria nº 046/2020 - DPC, da Diretoria de Polícia da Capital - DPC, SGD nº 2020/31009/024214, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, RESOLVE:

Art. 1º REMOVER, de ofício, por conveniência da administração pública, ROMMEL RUBENS COSTA RABELO, Delegado de Polícia, matrícula nº 1049542-1, da 1ª Central de Atendimento da Polícia Civil/1ª CAPC - Palmas, para exercer suas funções na Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente/DEMAG - Palmas, a partir desta data;

Art. 2º DESIGNAR o delegado de polícia acima nominado para, sem prejuízo de suas atribuições na Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários/DEMAG - Palmas, concorrer às escalas de plantão da Central de Atendimento da Mulher - 24 horas/CAM - 24h - Palmas, da 1ª Central de Atendimento da Polícia Civil/1ª CAPC - Palmas e da 2ª Central de Atendimento da Polícia Civil/2ª CAPC - Palmas.

Palmas/TO, 03 de abril de 2020.

RAIMUNDA BEZERRA DE SOUZA
Delegada-Geral da Polícia Civil

ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA

CADASTRO CLASSIFICATÓRIO DE POLICIAIS CIVIS

EDITAL 011/2019

RESULTADO FINAL

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ESPOL, no uso de suas atribuições, torna pública a classificação final dos candidatos, em ordem decrescente de pontuação, em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa SSP/TO nº 002, de 09 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.356, de 13 de maio de 2019.

Ord.	Nome	Cargo	Matrícula	Resultado Títulos	Resultado TAF	Resultado Final
1º	Lizandra Noleto Almeida	Agente de Polícia	1052098-1	13,0	9,0	11,0
2º	Marcilene Silva Reis	Papiloscopista	1061356-2	9,5	10,0	9,75
3º	Wanderson Arrais da Silva	Agente de Polícia	780343-1	9,5	9,0	9,25
4º	Robson Bezerra de Souza	Escrivão de Polícia	892364-3	12,0	6,5	9,25
5º	Georgeos Gemelli Herberts	Papiloscopista	1072315-1	13,5	4,25	8,87
6º	Silvana Ferreira Dias	Agente de Polícia	957220-1	7,5	10,0	8,75
7º	Ailton Ferreira Bispo	Agente de Polícia	1066218-1	7,5	10,0	8,75
8º	Ademar Uchoa Mendes Júnior	Agente de Polícia	965343-1	8,0	8,75	8,37
9º	Patrícia Vasconcelos Fonseca de Oliveira	Agente de Polícia	82020-1	10,0	6,5	8,25
10º	Douglas Batista Carneiro Lima	Agente de Polícia	857613-1	10,0	5,75	7,87
11º	Dônita Alves da Silva	Escrivão de Polícia	34360-1	6,0	8,0	7,0
12º	Gleyson Ramos de Sousa	Escrivão de Polícia	1059173-1	8,5	5,0	6,75
13º	Manoel Messias Soares Filho	Papiloscopista	941156-1	9,0	4,25	6,62
14º	Diego Aparecido Correia de Aguiar Guimarães	Agente de Polícia	1097390-1	5,5	5,0	5,25
15º	Abimael Parente da Silva	Agente de Polícia	987053-1	6,5	3,75	5,12
16º	Edcarlos Rodrigues de Oliveira	Agente de Polícia	11148195-2	3,0	2,75	2,87

Palmas-TO, 16 de março de 2020.

RONIE AUGUSTO RODRIGUES ESTEVES
Diretor da Escola Superior de Polícia

ADAPEC

PORTARIA Nº 075, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

Constitui Comissão para elaboração e apresentação de proposta de revisão do Decreto nº 860/99, Decreto 1.634/02, Lei nº 1.082/99 e demais legislações interna.

O Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso XI e XIII, do Regimento Interno, aprovado pelo do Decreto nº 3.481, de 1º de setembro de 2008;

CONSIDERANDO, a necessidade de elaborar estudo e emitir proposta de revisão do Decreto 860/99, Lei 1.082/99 e da Lei 1.634/02, em razão de adequações necessárias ao trabalho de defesa sanitária animal e vegetal do Estado;

CONSIDERANDO, que a regulamentação através do Decreto e das Leis após aproximadamente 20 anos de publicação necessita de ajustes em função de modificações de normas federais que regulamentam a sanidade animal e vegetal.

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo indicados para sob a presidência do primeiro, compor comissão que deverá no prazo de 90 (noventa) dias elaborar e apresentar proposta de revisão do Decreto nº 860/99, Decreto 1.634/02 e da Lei 1.082/99 e demais legislação na parte que dispõem sobre a Defesa da Sanidade Animal e Vegetal do Estado do Tocantins.

1 - Membros efetivos:

- a) Francisco de Assis Filho, nº funcional 935909-1;
- b) Alex Sandro Arruda Farias, nº funcional 813099-3;
- c) Carlos César Barbosa Lima, nº funcional 611120-3;
- d) Marley Camilo de Oliveira, nº funcional 993582-1;
- e) Lidiana Lira Vieira, nº funcional 895584-1;
- f) Sérgio Armando Castro Souza Leocádio, nº funcional 73134-5;
- g) Marne Noleto Sales, nº funcional 881147-2;
- h) Márcio de Oliveira Rezende, nº 11142898-2;
- i) João Eduardo Pinto Pires, nº 948394-1.

2 - Membro Suplente:

- a) Charliene Nunes dos Santos, nº funcional 990672-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 73, de 25 de março de 2020, publicado no DOE nº 5.576, de 25 de março de 2020.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 06 dias do mês de abril do ano de 2020.

ALBERTO MENDES DA ROCHA
Presidente

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO: Nº 12/2017.
PROCESSO: Nº 2017.34430.000596.
LOCATÁRIO: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC/TO.
LOCADORA: ROBERTA FLÁVIA DE OLIVEIRA DO CARMO.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência ao Contrato e atualizar a dotação orçamentária para o exercício.
VALOR: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais. Total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 34530.20.122.1148.4080.0000
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
FONTE: 0240666666.
VIGÊNCIA: 01/05/2020 até 30/04/2021.
DATA DA ASSINATURA: 30/04/2020.
SIGNATÁRIOS: ALBERTO MENDES DA ROCHA Presidente - ADAPEC/TOCANTINS.
ROBERTA FLÁVIA DE OLIVEIRA DO CARMO.
Proprietária do imóvel urbano.

FOMENTO

COMUNICADO Nº 003/2020
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho de Administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, do Estatuto Social, combinado com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, convoca os senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 13 de abril de 2020, às 14:00, através de videoconferência, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Deliberar sobre a homologação do aporte de capital;
2. Tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade.

Palmas - TO, 03 de Abril de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente do Conselho de Administração

ATR

PORTARIA/ATR Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição Estadual, com fulcro no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ATO nº 265 - NM, de 06 de março 2020, RESOLVE:

Art. 1º Designar os(a) servidores(a) abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de fiscal de contrato, titular e respectivo substituto do instrumento contratual da tabela abaixo:

Fiscal de Contrato	Substituto do Fiscal	Nº Processo	Empresa Contratada	Objeto
MARCIANE MARCIEL CAMPOS CPF: 006.064.161-45	JESSICA CAYMMI BATISTA MARTINS CPF: 047.596.181-12	2019/38990/000443	VOAR TURISMO EIRELI-EPP	Prestação de serviços com fornecimento de passagens aéreas

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato e das cláusulas avençadas;
2. Anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
3. Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;
4. Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
5. Atestar o recebimento dos serviços e sinalizar para pagamento.

Art. 3º PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA
Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR

ATS

PORTARIA Nº 239/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ALEX DE OLIVEIRA BRANCO, Engenheiro Sanitarista, Matrícula Funcional nº 11643080/1, CPF nº 027.461.495-24, a responder pelo Setorial Técnico dos Municípios integrantes do Polo Regional Sul, lotado na Diretoria de Produção, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

PORTARIA Nº 240/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor MARLUS VINICIUS MOURA MAMEDE DINIZ, Auxiliar Administrativo, Matrícula Funcional nº 1047825/1, CPF nº 934.510.241-87, a responder pelo Setorial de Transporte, lotado na Gerência Geral de Administração, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

PORTARIA Nº 241/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor AMILTON JIACOMIN, Técnico Eletricista, Matrícula Funcional nº 11180404/1, CPF nº 047.140.128-51, a responder pelo Setorial de Manutenção Eletromecânica, lotado na Diretoria de Produção, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

PORTARIA Nº 242/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor DOMINGOS DA SILVA CARDOSO, Técnico de Saneamento Ambiental, Matrícula Funcional nº 11160039/1, CPF nº 011.404.061-32, a responder pelo Setorial de Logística e Controle de Produtos Químicos, lotado na Diretoria de Produção, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

PORTARIA Nº 243/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor RONIVALDO RODRIGUES DA SILVA, Desenhista, Matrícula Funcional nº 669407/3, CPF nº 557.239.851-91, a responder pelo Setorial de Licitações e Processos de Sindicâncias, lotado na Gerência Geral de Administração, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

PORTARIA Nº 244/2020/GABPRES, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins e pelo ATO Nº 195 - NM, de 19 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MIRANDA GOMES DE BARROS E SILVA, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional nº 1263706/2, CPF nº 041.651.191-05, a responder pelo Setorial de Controle de Procedimentos e Documentos da Presidência, lotada no Gabinete da Presidência, desta Agência, a partir de 2 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ANTONIO DAVI GOVEIA JÚNIOR
Presidente

IGEPREV

PORTARIA Nº 436, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez da segurada Luiza Alves Oliveira.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, II; no art. 27, I, "a" e "b", II, III e IV, §1º e §2º; no art. 31, I, "a", item 1; no art. 52; no art. 54; nos arts. 56 e 57; nos arts. 59 e 62, V; e no art. 75, I e II, §1º e §2º, I e II, "a"; todos da Lei nº 1614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas: no art. 40, §1º, I, §§2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal de 1988, no art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e no art. 1º, e respectivos parágrafos da Lei Federal nº 10.887/2004;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada LUIZA ALVES OLIVEIRA, CPF nº 027.291.981-05, matrícula nº 1272128/1, Assistente Administrativa, Padrão I, Referência A, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o benefício de Aposentadoria por Invalidez, calculado de forma proporcional a 07 anos, 01 mês e 10 dias aplicado sobre o valor da média aritmética simples, em razão de ter sido considerada definitivamente incapacitada para exercer atividade laborativa, pela Junta Médica Oficial do Estado.

Art. 2º A média aritmética simples considerada no valor de R\$ 1.404,25, gera um benefício a ser pago na ordem de R\$ 326,33, devendo ser complementado o montante de R\$ 718,67, para alcançar o valor do salário mínimo, ficando o benefício a ser pago na ordem de R\$ 1.045,00, reajustado pelo RPPS-TO e custeado pelo Plano Previdenciário, com base no que consta do processo nº 2019.03.208983P.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 437, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Maria Vanda Borges Ferreira.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 44, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §1º e §2º, I e II, "a"; todos da Lei Estadual nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §5º da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º, I a IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada MARIA VANDA BORGES FERREIRA, CPF nº 347.115.893-68, matrícula nº 435718/1, Professor Normalista, Nível III, Referência C, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Juventude e Esporte, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.796,44, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2019.04.209255P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 438, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Katia Frutuoso Cerqueira.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 45, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, e §2º, I e II, "a"; todos da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada KATIA FRUTUOSO CERQUEIRA, CPF nº 343.916.731-34, matrícula nº 432493/4, no cargo de Assistente Administrativo, Padrão V, Referência L, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro Geral de Servidores do Poder Executivo, com lotação na Procuradoria Geral do Estado, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.856,41, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2019.04.209027P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 444, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Especial da segurada Sonia Regina Guimarães Aguiar Marinho.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §1º, §2º, I e II, "a"; todos da Lei Estadual nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §4º, II, da Constituição Federal de 1988 e no art. 1º, II, "b", da Lei Complementar Federal nº 51, de 20 de dezembro de 1985;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada SONIA REGINA GUIMARÃES AGUIAR MARINHO, CPF nº 434.460.001-00, matrícula nº 542742/2, Agente de Necrotomia, Padrão I, Referência L, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro Permanente da Polícia Civil, com lotação na Secretaria da Segurança Pública, o benefício de Aposentadoria Voluntária Especial, calculado de forma integral, no valor de R\$ 13.936,79, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2019.04.208102P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 445, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Gizelle de Castro Pereira Antunes.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 44, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §1º e §2º, I e II, "a"; todos da Lei Estadual nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º, I a IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada GIZELLE DE CASTRO PEREIRA ANTUNES, CPF nº 330.983.281-34, matrícula nº 414843/3, Professor da Educação Básica, Nível II, Referência E, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Juventude e Esporte, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 5.767,91, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2019.04.209101P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 446, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Kátia Rosa Alves Barros.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 45, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §2º, I e II, "a"; todos da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, I, II e III, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada KÁTIA ROSA ALVES BARROS, CPF nº 402.206.803-53, matrícula nº 510236/2, no cargo de Professor Normalista, Nível II, Referência C, carga horária 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Juventude e Esporte, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.433,56, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2020.04.209930P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 447, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Ednei de Sousa Miranda.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 44, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §1º e §2º, I e II, "a"; todos da Lei Estadual nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º, I a IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada EDNEI DE SOUSA MIRANDA, CPF nº 534.021.701-91, matrícula nº 651270/1, Professor Normalista, Nível II, Referência C, carga horária de 180 horas, pertencente ao Quadro do Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Juventude e Esporte, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 4.433,56, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2019.04.208639P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

PORTARIA Nº 448, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição da segurada Sônia Maria Paiva Torres.

OPRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 20, IX, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008, e

CONSIDERANDO o disposto: no art. 17-A, I; no art. 26, I, "a", item 3; no art. 44, I a IV, §1º; no art. 55, *caput*; nos arts. 56 e 57; no art. 59; e no art. 75, I e II, §1º e §2º, I e II, "a"; todos da Lei Estadual nº 1.614, de 04 de outubro de 2005;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 40, da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º, I a IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à segurada SÔNIA MARIA PAIVA TORRES, CPF nº 424.935.606-04, matrícula nº 529488/1, Cirurgião Dentista, Padrão XI, Referência F, carga horária de 90 horas, pertencente ao Quadro de Profissionais da Saúde, com lotação na Secretaria da Saúde, o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, calculado de forma integral, no valor de R\$ 14.482,80, reajustado por paridade e custeado pelo Plano Financeiro, em razão de ter cumprido os requisitos exigidos por lei, com base no que consta do processo nº 2020.04.209718P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

NATURATINS

PORTARIA/NATURATINS Nº 40, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Altera a Portaria/Naturatins nº 188, de 10 de julho de 2019, que dispõe sobre a escala de trabalho da Fiscalização Ambiental e criação de Polos de Fiscalização no âmbito do Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins e adota outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - Naturatins, Autarquia Estadual, criada pela Lei Estadual nº 858/96, nomeado por meio do Ato nº 1.901 - NM, de 31 de julho de 2019, publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.409 de mesma data, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria/Naturatins nº 188, de 10 de julho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“.....

Art. 2º O servidor designado para atuar na fiscalização, para os fins desta Portaria, é a autoridade competente para lavrar autos de infração e demais documentos inerentes à ação fiscalizatória, bem como para adotar as medidas administrativas decorrentes de seu poder de polícia.

Parágrafo único. Deverá o servidor designado para atuar na fiscalização observar os ditames da presente Portaria e da legislação Estadual e Federal em vigor, além de respeitar a hierarquia e as designações da chefia imediata.

.....

Art. 5º

§1º A composição das equipes de fiscalização em cada polo ficará a cargo da Diretoria de Proteção e Qualidade Ambiental, através da Gerência de Fiscalização, a quem compete a elaboração e controle.

§2º REVOGADO.

§3º Os fiscais ambientais deverão cumprir as respectivas escalas de plantões, impreterivelmente, na sede do polo no qual foi lotado, ressalvados os casos de realização de deslocamentos necessários relativos a ações e operações de fiscalização, no estrito interesse do serviço.

.....

Art. 18. O Fiscal Ambiental que, porventura, não for empregado na escala estabelecida no art. 6º desta Portaria, deverá cumprir sua jornada de trabalho na sede do polo de fiscalização no qual estiver lotado, em horário de expediente, na conformidade do Lei Estadual nº 1.818/07, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sebastião Albuquerque Cordeiro
Presidente do Instituto Natureza do Tocantins

UNITINS

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA/UNITINS/Nº 01/2020/PROAF, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando a PORTARIA/UNITINS/N. 005/2019/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado n. 5.281, de 18 de janeiro de 2019, em consonância com o artigo 11, do Estatuto desta Universidade, em conformidade com os artigos 20 e 21, da Lei n. 1.818/2007, considerando o artigo 23, do Decreto n. 5.483/2016 e pelo que constam dos autos do processo administrativo n. 2018/20321/1141,

CONSIDERANDO que foi instituída a Comissão de Avaliação de Pessoal Docente - CAPD em 02 de março de 2018, conforme PORTARIA/UNITINS/GRE/N. 069/2018, publicada no Diário Oficial do Estado n. 5.063, havendo etapas de avaliação apenas após a referida data,

CONSIDERANDO o teor do PARECER n. 01/2020/DIRCDNO, emitido por comissão designada pelo CONSUNI - Conselho Universitário para análise dos atos praticados pela Comissão de Avaliação de Pessoal Docente - CAPD no Processo de Avaliação de Estágio Probatório dos Docentes, aprovado pelo CONSUNI em reunião realizada em 18 de março de 2020,

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO/CONSUNI/N. 24, de 31 de março de 2020, que convalida os atos praticados pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Docentes da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, consubstanciado no processo administrativo 2018/20321/1141,

CONSIDERANDO impedimento declarado pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, podendo haver substituição pelo titular da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, conforme previsão do artigo 11, do Estatuto desta Universidade,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado das etapas avaliatórias realizadas da Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório dos servidores públicos do quadro de docentes efetivos da Universidade Estadual do Tocantins, conforme Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Os servidores que finalizaram a Etapa VI estão aprovados no Estágio Probatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de abril de 2020.

DANIEL ALENCAR BARDAL
Pró-Reitor de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO À PORTARIA/UNITINS/N. 01/2020/PROAF, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Matrícula	Servidor	Etapa	Nota
810307	Alessandra Ruita Santos Czapski	V	98
810162	Alex Coelho	VI	99
810150	Ana Flávia Gouveia de Faria	VI	94
810149	Arisson José Pereira	VI	99
810174	Armando Soares de Castro Formiga	VI	95
810167	Augusto de Rezende Campos	VI	92
810154	Bernardo Olive dos Santos	VI	98
810153	Caio Monteiro Melo	VI	97

810294	Danilo Marcelo Aires dos Santos	V	97
810138	Darlene Teixeira Castro	VI	100
810158	Deyse Naira Mascarenhas Costa	VI	93
810165	Douglas Chagas da Silva	VI	98
810173	Eduardo José Silva Lima	VI	97
810164	Efrain de Santana Souza	VI	97
810140	Elizabeth Maria Lopes Toledo	VI	95
810142	Fernanda Matos Fernandes de Oliveira	VI	99
810159	Frank Gundim Silva	VI	95
810145	Fred Newton da Silva Souza	VI	95
810139	John Max Santos Sales	VI	99
810146	Juliana Mariano Alves	VI	95
810143	Kyldes Batista Vicente	VI	95
810296	Leda Veronica Benevides Dantas Silva	V	99
810172	Liliane Scarpin da Silva Storniolo	VI	97
810155	Luciana dos Santos Dias de Oliveira	VI	99
810163	Marco Antonio Firmino de Sousa	VI	98
810171	Mariany Almeida Montino	VI	96
810144	Michele Ribeiro Ramos	VI	99
810170	Paulo Belí Moura Stakoviak Júnior	VI	97
810161	Phillipe Farias Ferreira	VI	94
810141	Rodrigo Barbosa e Silva	VI	97
810166	Rubens Martins da Silva	VI	98
810152	Tarsis Barreto Oliveira	VI	99
810175	Thiago Magalhães de Lazari	VI	99

PORTARIA/UNITINS/N. 02/2020/PROAF, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, considerando a PORTARIA/UNITINS/N. 005/2019/GABREITOR, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.281, de 18 de janeiro de 2019, em consonância com o artigo 11, do Estatuto desta Universidade, considerando o artigo 24, do Decreto n. 5.483/2016, em conformidade com os artigos 20 e 21, da Lei n. 1.818/2007, e pelo que constam dos autos do processo administrativo n. 2018/20321/1141,

CONSIDERANDO o artigo 21, *caput*, da Lei n. 1.818/2007, que dispõe que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar três anos de pleno exercício, desde que aprovado no Estágio Probatório,

CONSIDERANDO o artigo 24, do Decreto n. 5.483/2016, que dispõe que o servidor público que já houver completado três anos de efetivo exercício, independentemente de avaliação, é declarado estável no serviço público,

CONSIDERANDO a PORTARIA/UNITINS/N. 01/2020/PROAF, de 08 de abril de 2020, que homologa o resultado das etapas avaliatórias da Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório e relaciona os servidores aprovados;

CONSIDERANDO impedimento declarado pelo Reitor, Vice-Reitora, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, podendo haver substituição pelo titular da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, conforme previsão do artigo 11, do Estatuto desta Universidade,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar, por força do artigo 21, da Lei n. 1.818/2007, a estabilidade dos servidores públicos relacionados no Anexo Único desta Portaria, conforme data especificada, considerando a aprovação no Estágio Probatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 08 dias do mês de abril de 2020.

DANIEL ALENCAR BARDAL
Pró-Reitor de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO À PORTARIA/UNITINS/N. 02/2020/PROAF, DE 08 DE ABRIL DE 2020.

Matrícula	Servidor	Data da Estabilidade
810162	Alex Coelho	12/01/2019
810150	Ana Flávia Gouveia de Faria	09/11/2018
810149	Arison José Pereira	06/11/2018
810174	Armando Soares de Castro Formiga	15/03/2019
810167	Augusto de Rezende Campos	19/01/2019
810154	Bernardo Olive dos Santos	16/11/2018
810153	Caio Monteiro Melo	10/11/2018
810138	Darlene Teixeira Castro	23/10/2018
810158	Deyse Naira Mascarenhas Costa	26/11/2018
810165	Douglas Chagas da Silva	16/01/2019
810173	Eduardo José Silva Lima	06/01/2019
810164	Efrain de Santana Souza	13/01/2019
810140	Elizabeth Maria Lopes Toledo	27/10/2018
810142	Fernanda Matos Fernandes de Oliveira	23/10/2018
810159	Frank Gundim Silva	27/11/2018
810145	Fred Newton da Silva Souza	03/11/2018
810139	John Max Santos Sales	27/10/2018
810146	Juliana Mariano Alves	03/11/2018
810143	Kyldes Batista Vicente	23/10/2018
810172	Liliane Scarpin da Silva Storniolo	14/01/2019
810155	Luciana dos Santos Dias de Oliveira	16/11/2018
810163	Marco Antonio Firmino De Sousa	12/01/2019
810171	Mariany Almeida Montino	15/01/2019
810144	Michele Ribeiro Ramos	05/11/2018
810170	Paulo Belí Moura Stakoviak Júnior	20/01/2019
810161	Phillipe Farias Ferreira	15/01/2019
810141	Rodrigo Barbosa e Silva	23/10/2018
810166	Rubens Martins da Silva	18/01/2019
810152	Tarsis Barreto Oliveira	10/11/2018
810175	Thiago Magalhães de Lazari	28/03/2019

DEFENSORIA PÚBLICA**PORTARIA Nº 332, DE 01 DE ABRIL DE 2020.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no Diário Oficial nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 01/04/2020 a 30/04/2020, das férias da Defensora Pública de Classe Especial, MARIA DO CARMO COTA, matrícula nº 90001520-9, referente ao exercício 2018/1, concedidas por meio da Portaria nº 1058/2019, publicada no Diário Oficial nº 5.439, de 11 de setembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensora Pública-Geral, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ESTELLAMARIS POSTAL
Subdefensora Pública-Geral

PORTARIA Nº 333, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no Diário Oficial nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 03/08/2020 a 01/09/2020, das férias da Defensora Pública de Classe Especial, MARIA DO CARMO COTA, matrícula nº 90001520-9, referente ao exercício 2018/2, concedidas por meio da Portaria nº 1240/2019, publicada no Diário Oficial nº 5.473, de 30 de outubro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 15/12/2020 a 13/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensora Pública-Geral, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ESTELLAMARIS POSTAL
Subdefensora Pública-Geral

PORTARIA Nº 334, DE 01 DE ABRIL DE 2020.

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no Diário Oficial nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 15/12/2020 a 13/01/2021, das férias da Defensora Pública de Classe Especial, MARIA DO CARMO COTA, matrícula nº 90001520-9, referente ao exercício 2019/1, concedidas por meio da Portaria nº 1241/2019, publicada no Diário Oficial nº 5.473, de 30 de outubro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensora Pública-Geral, em Palmas, ao primeiro dia do mês de abril de 2020.

ESTELLAMARIS POSTAL
Subdefensora Pública-Geral

PORTARIA Nº 339, 06 DE ABRIL DE 2020.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual nº 055, de 27 de maio de 2009, tendo em vista que lhe compete à prática dos atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inciso III, c/c art. 67, da Lei nº 8.666/93, e a Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2008, de 07/05/2008.

CONSIDERANDO ainda o previsto no Ato-DPE/TO nº 546, de 19 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.016, de 21 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Designar o(s) seguinte(s) servidor(es) e respectivo(s) substituto(s) em caso de impedimentos e afastamentos legais do titular para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal(is) Administrativo(s) do(s) Contrato(s) elencado(s) a seguir:

Contrato	Número do Processo	Fiscal Administrativo	Fiscal Substituto	Objeto
006/2020	19.0.00002645-2	Thiago Rodrigues da Silva. Matrícula: 9085378	Carlos Eduardo da Silva Aires. Matrícula: 8865388	A contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e reparos de divisórias em gesso acartonado, forros PVC, forro em gesso acartonado, persianas, pontos elétricos, lógico, de ar condicionado, telefônico, janelas e portas de vidro temperado, janelas de esquadria de alumínio, bem como todos os materiais e insumos necessários a execução do serviço. REF.: Pregão Eletrônico nº 31/2019 e Ata de Registro de Preços nº 17/2019. Contratada: Morais e Moreira LTDA-ME.

Art. 2º As atribuições do Fiscal Administrativo encontram-se descritas no art. 4º, II, do Ato-DPE/TO nº 546/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 06 dias do mês de abril de 2020.

FABIO MONTEIRO DOS SANTOS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 369, DE 03 DE ABRIL DE 2020.

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no Diário Oficial nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 27/07/2020 a 09/08/2020, das férias do servidor DANILO WENDEL MACEDO DE OLIVEIRA, Chefe da Assessoria Jurídica da Corregedoria-Geral, matrícula nº 908018-0, relativas ao período aquisitivo 2019/2020, concedidas por meio da Portaria nº 283/2020, publicada no Diário Oficial nº 5.566, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no período de 01/12/2020 a 14/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensora Pública-Geral, em Palmas, aos três dias do mês de abril de 2020.

ESTELLAMARIS POSTAL
Subdefensora Pública-Geral

ESTADO DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
			Restos a pagar liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras							
			De Exercício anteriores	Do exercício									
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)= (a - (b+c+d+e) - f)	(h)		(i) = (g - h)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		548.992,68	-	-	-	8.541.295,50	-	-	7.992.302,82	456.850,50	-	-	8.449.153,32
	000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	219	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	221	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	226	0,70	-	-	-	-	-	-	0,70	-	-	-	0,70
	000	548.991,98	-	-	-	-	-	-	548.991,98	456.850,50	-	-	92.141,48
	000	-	-	-	-	8.541.295,50	-	-	8.541.295,50	-	-	-	8.541.295,50
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)		10.247.605,94	-	4.150.695,42	115.917,03	7.829,56	-	-	5.973.163,93	3.135.614,28	-	-	2.837.549,65
	000	10.247.605,94	-	4.150.695,42	115.917,03	7.829,56	-	-	5.973.163,93	3.135.614,28	-	-	2.837.549,65
TOTAL (III) = (I + II)		10.796.598,62	-	4.150.695,42	115.917,03	8.549.125,06	-	-	2.019.138,89	3.592.464,78	-	-	5.611.603,67

FONTE: Secretaria da Fazenda - Sistema SIAFE-TO - 20/02/2020

Nota:

1. Na coluna Demais Obrigações Financeiras, foram computados os passivos reconhecidos com atributo P, no montante de R\$8.541.295,50, que representam as despesas realizadas que não foram devidamente empenhadas por insuficiência de créditos/recursos, conforme quadro a seguir:

Passivo Patrimonial		
211110101 - Salários, Remunerações e Benefícios	P -	7.729.668,43
211420101 - Contribuição Patronal ao RPPS	P -	795.571,48
211430101 - Contribuições ao RGPS sobre Salários e Remunerações	P -	517,99
213110101 - Fomecedores não Parcelados a Pagar	P -	15.537,60
Total		8.541.295,50

ESTADO DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		8.015.429.038,52	
Receita Corrente Líquida ajustada		7.364.314.687,70	

DESPESA COM PESSOAL		VALOR R\$	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		105.406.095,48	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>			
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>			
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>			

RESTOS A PAGAR	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total R\$	3.592.464,78	- 5.611.603,67

FONTE: Secretaria da Fazenda - Sistema SIAFE-TO - 20/02/2020

Sorlete Ribeiro Lima
Chefe de Controle InternoEduardo Pável Rosa
Diretor FinanceiroEdnalva Araújo Lima
Contador - CRC: TO - 003083/0Fabio Monteiro dos Santos
Defensor Público Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFENSORES PÚBLICOS

PORTARIA Nº 338, DE 1º DE ABRIL DE 2020.

Republicada para correção

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. VIII, do Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 30 de março de 2020, a Portaria nº 249, de 04 de março de 2020, publicada no DOE nº 5.561, de 11 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 30 de março de 2020.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 04 dias de março de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 341, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 13/04/2020 a 12/05/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, CLAUDIA DE FÁTIMA PEREIRA BRITO, matrícula nº 886503-5, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 15/07/2020 a 13/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 342, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 15/07/2020 a 13/08/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, CLAUDIA DE FÁTIMA PEREIRA BRITO, matrícula nº 886503-5, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478 de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 13/01/2021 a 11/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 348, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 24/04/2020 a 23/05/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ALANA MENEZES AURÉLIO, matrícula nº 9084258, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 277/2020, publicado no Diário Oficial nº 5.563, de 13 de março de 2020, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 25/05/2020 a 23/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 352, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 06/07/2020 a 04/08/2020, das férias do Defensor Público Substituto, EDSON PERILO DE AZEVEDO JÚNIOR, matrícula nº 9085734, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 19/11/2020 a 18/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 353, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 15/06/2020 a 14/07/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ISAKYANA RIBEIRO DE BRITO SOUSA, matrícula nº 8810354, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 07/01/2021 a 05/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 354, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 15/07/2020 a 13/08/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ÍTALA GRACIELLA LEAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 8741573, referente ao exercício 2019/1, concedidas por meio da Portaria nº 1310/2018, publicado no Diário Oficial nº 5.229, de 31 de outubro de 2018, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 01/10/2020 a 30/10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 355, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 01/10/2020 a 30/10/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ÍTALA GRACIELLA LEAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 8741573, referente ao exercício 2019/2, concedidas por meio da Portaria nº 1310/2018, publicado no Diário Oficial nº 5.229, de 31 de outubro de 2018, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 20/11/2020 a 19/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 356, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 20/11/2020 a 19/12/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ÍTALA GRACIELLA LEAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 8741573, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 03/03/2021 a 01/04/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 357, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 13/04/2020 a 12/05/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO, matrícula nº 8786968, referente ao exercício 2018/2, concedidas por meio da Portaria nº 1007/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.430, de 29 de agosto de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 13/05/2020 a 11/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 358, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 13/05/2020 a 11/06/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO, matrícula nº 8786968, referente ao exercício 2019/1, concedidas por meio da Portaria nº 1008/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.430, de 29 de agosto de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 15/06/2020 a 14/07/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 359, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 15/06/2020 a 14/07/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO, matrícula nº 8786968, referente ao exercício 2019/2, concedidas por meio da Portaria nº 921/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.414, de 07 de agosto de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 09/11/2020 a 08/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 360, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 09/11/2020 a 08/12/2020, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO, matrícula nº 8786968, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 169/2020, publicado no Diário Oficial nº 5.545, de 14 de fevereiro de 2020, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 14/01/2021 a 12/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 361, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 14/01/2021 a 12/02/2021, das férias da Defensora Pública de 1ª Classe, ELYDIA LEDA BARROS MONTEIRO, matrícula nº 8786968, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 170/2020, publicado no Diário Oficial nº 5.545, de 14 de fevereiro de 2020, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 17/02/2021 a 18/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 363, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 25/05/2020 a 23/06/2020, das férias do Defensor Público de 1ª Classe, PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO AIRES GONCALVES, matrícula nº 9081976, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 04/11/2020 a 03/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 364, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 04/11/2020 a 03/12/2020, das férias do Defensor Público de 1ª Classe, PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO AIRES GONCALVES, matrícula nº 9081976, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 23/02/2021 a 24/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 365, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 04/05/2020 a 02/06/2020, das férias do Defensor Público de 1ª Classe, LUIZ ALBERTO MAGALHÃES FEITOSA, matrícula nº 9082972, referente ao exercício 2019/2, concedidas por meio da Portaria nº 1114/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.449, de 25 de setembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 01/09/2020 a 30/09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 366, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 01/09/2020 a 30/09/2020, das férias do Defensor Público de 1ª Classe, LUIZ ALBERTO MAGALHÃES FEITOSA, matrícula nº 9082972, referente ao exercício 2020/1, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 24/05/2021 a 22/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 368, DE 02 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 24/05/2021 a 22/06/2021, das férias do Defensor Público de 1ª Classe, LUIZ ALBERTO MAGALHÃES FEITOSA, matrícula nº 9082972, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 308/2020, publicado no Diário Oficial nº 5.574, de 31 de março de 2020, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 14/10/2021 a 12/11/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos dois dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 370, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inc. VIII, do Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a imprescindibilidade de adoção de medidas para assegurar o regular funcionamento da Defensoria Pública de Itacajá, até que sobrevenha Defensor Público para atuação naquele Órgão;

Considerando a obrigação institucional de ser assegurada a prestação dos serviços da Defensoria Pública naquela localidade;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Defensor Público de 1º Classe PEDRO ALEXANDRE CONCEIÇÃO AIRES GONÇALVES, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela Defensoria Pública de Itacajá - TO, no período de 08 a 30 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 06 dias de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PORTARIA Nº 371, DE 06 DE ABRIL DE 2020.

O SUPERINTENDENTE DE DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 084/2017, publicado no DOE nº 4.797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 19/11/2020 a 18/12/2020, das férias do Defensor Público Substituto, EDSON PERILO DE AZEVEDO JÚNIOR, matrícula nº 9085734, referente ao exercício 2020/2, concedidas por meio da Portaria nº 1305/2019, publicado no Diário Oficial nº 5.478, de 06 de novembro de 2019, assegurando-lhe o direito de usufruí-las no período de 07/01/2021 a 05/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Superintendente de Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, aos seis dias do mês de abril de 2020.

MURILO DA COSTA MACHADO
Superintendente de Defensores Públicos

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS**ARAGOMINAS****FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO nº 006/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: CARLOS AUGUSTO FERREIRA DOS SANTOS - CNPJ: 26.204.473/0001-02. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Carlos Augusto Ferreira dos Santos.

CONTRATO nº 013/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: D P DA SILVA TRANSPORTES - ME - CNPJ: 12.251.718/0001-30. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Daniel Pereira da Silva.

CONTRATO nº 009/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: DORIMAR NASCIMENTO DE SOUSA - CNPJ 27.036.500/0001-30. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Dorimar Nascimento de Sousa.

CONTRATO nº 011/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: FALONE TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME - CNPJ: 18.896.458/0001-36. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 60.300,00 (sessenta mil e trezentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Amélia Falone Honorato.

CONTRATO nº 008/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: ITAMAR LOPES DOS REIS - CNPJ: 34.012.944/0001-09. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Itamar Lopes Dos Reis.

CONTRATO nº 004/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: LEANDRO DA SILVA COSTA - CNPJ: 35.948.435/0001-47. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 29.250,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinquenta reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Leandro da Silva Costa.

CONTRATO nº 003/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: LUCENILDA SOUSA NUNES LOURES - CNPJ 32.387.782/0001-50. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Lucenilda Sousa Nunes Loures.

CONTRATO nº 005/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: PEDRO JOÃO OLIVEIRO - CNPJ 26.917.463/0001-06. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Pedro João Olivério.

CONTRATO nº 012/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: RUTYELLY OLIVEIRA DA SILVA - CNPJ: 30.364.158/0001-01. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Rutyelly Oliveira da Silva.

CONTRATO nº 007/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: SEBASTIÃO CARDOSO DE SOUSA - CNPJ 26.817.342/0001-64. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: SEBASTIÃO CARDOSO DE SOUSA.

CONTRATO nº 010/2020/FME, PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2020/FME. PROCESSO nº 001/2020/FME. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS. CONTRATADA: VALDOMIRO FERREIRA BORBA - CNPJ 28.122.086/0001-44. Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2020, para atender a demanda do Transporte Escolar dos alunos das escolas públicas do Município. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARAGOMINAS/TO. Valor total R\$ 24.041,70 (vinte e quatro mil, quarenta e um reais e setenta centavos). Vigência: 05/02/2020 a 30/11/2020. Contratante: Jucilene Maria Correia Nascimento, Gestora Municipal. Pela Contratada: Valdomiro Ferreira Borba.

AUGUSTINÓPOLIS**PROC. LICITATÓRIO Nº 045/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020**

OBJETO: Contratação de ME ou EPP, equiparada na forma da Lei, especializada em serviços de engenharia civil, para realizar os serviços de pavimentação em Bloquetes sextavado de concreto, drenagem de águas pluviais da Rua Presidente Kennedy, no Município de Augustinópolis/TO, conforme especificações, planilhas e projetos técnicos contidos no Edital e seus anexos. TIPO: Menor Preço por Lote, data: 24/04/2020. Hora: 09h:00. Endereço para informações: Rua Dom Pedro I, 352, fone: (63) 3456-1232, e-mail: pmaugustinopolis@hotmail.com.

Augustinópolis/TO, 06/04/2020.

Luciara Fernandes Conceição Santana
Presidente da CPL

**PROC. LICITATÓRIO Nº 046/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020**

OBJETO: Contratação de ME ou EPP, equiparada na forma da Lei, especializada em serviços de engenharia civil, para realizar os serviços de Sinalização Horizontal e Vertical de ruas no Município de Augustinópolis/TO, conforme especificações, planilhas e projetos técnicos contidos no Edital e seus anexos. TIPO: Menor Preço Global, data: 24/04/2020. Hora: 14h:00. Endereço para informações: Rua Dom Pedro I, 352, fone: (63) 3456-1232, e-mail: pmaugustinopolis@hotmail.com.

Augustinópolis, TO, 06/04/2020.

Luciara Fernandes Conceição Santana
Presidente da CPL

BERNARDO SAYÃO**AVISO LICITAÇÃO PÚBLICA**

O Município de Bernardo Sayão - TO. Por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, mediante pregoeiro, designado pelo Decreto nº 007/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, do tipo MENOR PREÇO, para o objeto: Contratação de serviços médico para atender na Unidade Básica de Saúde José dos Santos Alves e zona rural do município de Bernardo Sayão, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, de conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 003/2007 e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas. Dia da abertura 20 de abril de 2020, às 09:00 horas horário local na sala da Comissão de Licitação localizada no prédio da prefeitura municipal. Obs: Endereços eletrônicos para retirada do edital: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.bernardosayao.to.gov.br.

Bernardo Sayão - TO, aos 06 dias do mês de abril de 2020.

FRANCISCO MARCILO GOMES DE SOUSA
Pregoeiro Decreto 007/2019

BRASILÂNDIA DO TOCANTINS**AVISO DE LICITAÇÃO**

APREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020, do tipo Menor Preço por empreitada Global, visando à obra de Engenharia com Construção de Letreiros a ser executado no Município de Brasilândia do Tocantins - TO, conforme discriminação detalhada no memorial descritivo, planilhas e projetos técnicos contidos no Edital. Abertura: dia 28 de Abril de 2020, às 8h:00, Local: Prefeitura de Brasilândia do Tocantins. Para mais informações através do telefone: (63) 3461-1164. Brasilândia do Tocantins/TO, de 06 Abril de 2020.

APREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020, do tipo Menor Preço por empreitada Global, visando a Obra e Engenharia com Construção de Trevo a ser executado no Distrito de Tupiratã Município de Brasilândia do Tocantins - TO, conforme discriminação detalhada no memorial descritivo, planilhas e projetos técnicos contidos no Edital. Abertura: dia 28 de Abril de 2020, às 14h:00, Local: Prefeitura de Brasilândia do Tocantins. Para mais informações através do telefone: (63) 3461-1164.

Brasilândia do Tocantins/TO, 06 de Abril de 2020.

Gicelda Pereira de Sousa Moura
Presidente da CPL

**AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020**

OPREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO TOCANTINS - TO, declara o cancelamento do Procedimento Administrativo Licitatório nº 0134/2020 - Pregão Presencial nº 004/2020, que foi realizado no dia 01/04/2020, às 08h:00, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços com locação de estruturas de eventos, para atender as necessidades do calendário de festividades do Município de Brasilândia do Tocantins. Conforme decisão exarada pela CPL no dia 03 de Abril de 2020, devidamente publicada. Maiores informações se encontram a disposição na sala da Comissão Permanente de Licitação ou através do telefone: (63) 3461-1164.

Brasilândia do Tocantins - TO, 06 de Abril de 2020.

Ricardo Ferreira Dias
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020

PROCESSO Nº: 0131/2020.
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Brasilândia do Tocantins - TO.
FORNECEDOR REGISTRADO: RELUZ CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 14.011.684/0001-31.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil para prestação de serviços de reforma do prédio da sede da Prefeitura Municipal de Brasilândia do Tocantins, conforme discriminação detalhada no memorial descritivo, planilhas e projetos técnicos contidos no Edital.
DATA ASSINATURA: 07/04/2020 a 31/12/2020
VALOR: R\$ 270.977,66 (duzentos e setenta mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Ricardo Ferreira Dias
Prefeito Municipal

CACHOEIRINHA**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 060/2020
CONTRATANTE: Prefeitura municipal de Cachoeirinha - TO
CONTRATADA: K.W DA SILVA SOUSA EIRELI - ME.
CNPJ: 17.900.471/0001-59 OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de reparos de meio fio, limpeza de vias e drenagem superficial em vias do Município de Cachoeirinha/TO.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº02/2020
Valor: R\$ 50.232,06 (cinquenta mil, duzentos e trinta e dois reais e seis centavos).
DATA DO CONTRATO: 25 de Março de 2020, Vigência: 25 de Março de 2020 à 25 de setembro de 2020.

Cachoeirinha - TO, 06 de Abril de 2020.

PAULO MACEDO DAMACENA
Prefeito Municipal

CAMPOS LINDOS

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2020.

Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: C. Fernandes da Rocha - Me.
Cnpj: 23.742.255/0001-25.
Objeto: Prestação de serviços de assessoria contábil.
Valor Global R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) brutos.
Base Legal: Pregão Presencial nº 001/2020.
Data de Assinatura: 03 de Março de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2020.

Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: Gilzander Gomes Saraiva Contabilidade - Me.
Cnpj: 06.090.806/0001-02.
Objeto: Prestação de serviços de assessoria legislativas diversas.
Valor Global R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) brutos.
Base Legal: Pregão Presencial nº 001/2020.
Data de Assinatura: 03 de Março de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2020.

Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: F. H. L. de Paula - Me.
CNPJ: 15.108.753/0001-92.
Objeto: Prestação de serviços de locação e manutenção de softwares para o sistema de contabilidade pública integrada.
Valor Global: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) brutos.
Base Legal: Pregão Presencial nº 001/2020.
Data de Assinatura: 03 de Março de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2020.

Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: MJ Ferreira Alves Eireli - Epp.
CNPJ: 02.471.448/0003-80.
Objeto: Fornecimento de 10.000 (dez mil) litros de gasolina comum.
Valor Global: R\$ 49.700,00 (quarenta e nove mil e setecentos reais) brutos.
Base Legal: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 001/2020.
Data de Assinatura: 03 de Março de 2020.

Lindojonso Soares Vieira
Vereador Presidente

FIGUEIRÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190320-2
CONTRATADA: ELETROLED INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI
CNPJ Nº 26.174.743/0001-71
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos para iluminação pública para atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados Manutenção das Ruas, Avenidas e Praças do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 162.121,20 (cento e sessenta e dois mil, cento e vinte e um reais e vinte centavos). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 013/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 19 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: ELETROLED INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI, Mauro Hélio Martins de Oliveira
(Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310320-1
CONTRATADA: BRAIZ COMÉRCIO DE ARTIGO ESPORTIVO EIRELE
CNPJ Nº 23.079.188/0001-00
OBJETO: Aquisição de chuteira materiais de Esporte sendo para atender os Alunos Matriculados na Escola de Futebol, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 9.430,00 (nove mil, quatrocentos e trinta reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 014/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 31 de Março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: BRAIZ COMÉRCIO DE ARTIGO ESPORTIVO EIRELE,
Dejanira Braz da Silva (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 190320-1
CONTRATADA: CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA.
CNPJ: 34.140.043/0001-94
OBJETO: "EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO OBRAS DE APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA REALIZADO COM RECURSOS DE TESOUREO MUNICIPAL"
VALOR: R\$ 250.157,69 (duzentos e cinquenta mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos), conforme proposta de preço apresentada pela contratante.
PRAZO DE ENTREGA: 90 (noventa dias) a partir do recebimento da Ordem de serviço
DATA E ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 19 de Março de 2020.
SIGNATÁRIOS: FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito Municipal (Contratante)
CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA, Romerio Xavier de Faria
(Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-3
CONTRATADA: H R SERVIÇOS E NEGÓCIOS PARA EMPRESAS EIRELI
CNPJ Nº 28.228.997/0001-46
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 31.290,00 (trinta e um mil, duzentos e noventa reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: H R SERVIÇOS E NEGÓCIOS PARA EMPRESAS EIRELI, José Luiz de Carvalho Riela (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-1
CONTRATADA: LIGEIRINHO INDUSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA
CNPJ Nº 09.317.219/0001-93
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 72.512,00 (setenta e dois mil, quinhentos e doze reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: LIGEIRINHO INDUSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA, Edilson José da Cunha Gomes (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-4
CONTRATADA: MARIZETHE DIAS OLIVEIRA
CNPJ Nº 12.257.927/0001-90
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 47.625,00 (quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: MARIZETHE DIAS OLIVEIRA, Mariazethe Dias Oliveira (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-2
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA MULTIMARCAS.
CNPJ Nº 05.511.763/0001-10
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA MULTIMARCAS, Carlos Antônio Frade (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-5
CONTRATADA: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ Nº 30.313.649/0001-23
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 21.664,00 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, Valdemir Pires da Costa (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-6
CONTRATADA: W E L CONSTRUTORA
CNPJ Nº 24.554.589/0001-38
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, Academia, Parque para crianças, e Bancos, para revitalização e ampliação dos canteiros da Avenida Bernardo Sayão atender a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos, destinados do Município de Figueirópolis - TO
VALOR: R\$ 107.161,00 (cento e sete mil, cento e sessenta e um reais)
O preço é referente ao Pregão Presencial nº 018/2020.
PRAZO DA AQUISIÇÃO: 31 dias do mês de Dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
CONTRATADA: W E L CONSTRUTORA, Wannanpan Coelho Silva Barros (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50320-14
CONTRATADA: EDER OLIVEIRA COSTA FILHO
CNPJ Nº 19.937.209/0001-04
OBJETO Contratação de serviços profissionais de Eletricista para manutenção diária da Iluminação Pública e pequenos reparos na parte elétricas dos órgãos que compõe a Administração geral do Município de Figueirópolis
VALOR: 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais), dividido em dez parcelas de R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 011/2020.
PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: 31 dias do mês de dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 05 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS: FERNANDES MARTINS RODRIGUES - Prefeito.
(Contratante)
EDER OLIVEIRA COSTA FILHO, EDER OLIVEIRA COSTA FILHO, (Contratada)

FERNANDES MARTINS RODRIGUES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 240320-2
CONTRATADA: WEMERSON HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA SANTOS - ME
CNPJ Nº 27.848.744/0001-17.
OBJETO: prestação de serviços especializados de Dedetização de 2080, imóveis urbano públicos e privados, para controle de pragas bem como DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYADE de acordo com Plano de Ação para prevenção e controle das endemias, junto ao fundo Municipal de Saúde do Município de Figueirópolis TO.
VALOR: R\$ 33.072,00 (trinta e três mil e setenta e dois reais). O preço é referente ao Pregão Presencial nº 012/2020.
PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 30 dias do mês de dezembro de 2020
ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 24 de março de 2020.
SIGNATÁRIOS: VALDEIS CANTUÁRIO DOS SANTOS - Gestor do Fundo de Saúde. (Contratante)
WEMERSON HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA SANTOS - ME, WEMERSON HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA SANTOS, (Contratada)

VALDEIS CANTUÁRIO DOS SANTOS
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300320-1

CONTRATADA: J. LOPES SOUSA MEDICINA INTEGRADA EIRELI

CNPJ Nº 25.313.478/0001-00.

OBJETO: LOTE 01 - Contratação de Medico para atender no programa de estratégia de saúde da família, sendo com carga horaria de 40 (quarenta), horas semanais, destinado a UBS do município de Figueirópolis - TO durante a vigência do contrato do ano de 2020.

LOTE 02 - Contratação de Medico para prestação de serviços de 02 (dois) plantões mensais de 24 horas nos finais de semanas, um total de 18 plantões anual, durante a vigência do contrato do ano de 2020.

LOTE 03 - Contratação de Medico para prestação de serviços de 6 (SEIS) plantões noturnos e mensais de 12 (doze) horas um total de 54 plantões anual, no HPPF no hospital de pequeno porte do nosso município de Figueirópolis - TO durante a vigência do contrato do ano de 2020.

VALOR: total de R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais), sendo R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) na dotação 10.301.0062.2040 dividido em nove parcelas mensais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e dotação Orçamentaria 10.302.0062.2045 R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais) dividido em nove parcelas mensais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 31 dias do mês de dezembro de 2020

ASSINATURA: Figueirópolis/TO, 30 de março de 2020.

SIGNATÁRIOS: VALDEIS CANTUÁRIO DOS SANTOS - Gestor do Fundo de Saúde. (Contratante)

EMPRESA: J. LOPES SOUSA MEDICINA INTEGRADA EIRELI, Joilson Lopes Souza (Contratada)

VALDEIS CANTUÁRIO DOS SANTOS
Gestor

GURUPI**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 067/2020**

Processo Licitatório nº 2019.002636, Tomada de Preços nº 007/2019, CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE GURUPI-TO, CNPJ nº 17.526.555/0001-74, CONTRATADA: PRÊMIO SINALIZAÇÃO E LOCAÇÃO LTDA EPP, CNPJ Nº 01.947.500/0001-06. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência contratual por mais 120 (Cento e vinte) dias corridos, compreendendo o período de: 12/03/2020 a 10/07/2020, e prorrogar o prazo de execução por mais 30 (Trinta) dias corridos, compreendendo o período de: 12/03/2020 a 11/04/2020. Fundamentação legal nos termos do art. 57, inciso I, c/c §1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Data de assinatura: 10/03/2020.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Gerson José de Oliveira
Decreto nº 0393/2019

NOVA OLINDA**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA E REPUBLICAÇÃO DO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020**

A Prefeitura Municipal de Nova Olinda/TO, comunica aos interessados que a sessão de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 06/2020, cujo objeto é Registro de Preço visando contratação futura e parcelada de empresa especializada em INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO, para atender as necessidades do Município de Nova Olinda/TO, pelo período de 12 meses, realizada no dia 03/04/2020, foi declarada FRACASSADA, tendo em vista que as empresas participantes do certame não apresentou as proposta de preços conforme julgamento de recurso e contrarrazões. Sendo assim, fica Republicado o Edital de pregão nº 06/2020 para o dia 24/04/2020, às 08:00 (oito) horas para reabertura da sessão, visando a contratação e/ou compra, de acordo com as disposições contidas no Edital correspondente e na Lei 10.520/2002 subsidiária pela Lei Federal nº 8.666/93. Objeto: Registro de Preço visando contratação futura e parcelada de empresa especializada em INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO, para atender as necessidades do Município de Nova Olinda/TO, pelo período de 12 meses. Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2020 - Processo CPL Nº 17/2020, TIPO: menor preço por item, Forma e Regime de Execução:

Menor preço, tendo como critério de julgamento menor preço por item. Os interessados poderão obter cópia do respectivo Edital gratuitamente através do portal da transparência do Município pelo seguinte endereço: www.novaolinda.to.gov.br acessar Portal da Transparência - Licitações ou em até 02 (dois) dias úteis antes ao da abertura desta licitação através do departamento de licitações e contratos, munidos de pen-drive para gravação de planilha de proposta. Maiores informações poderão ser dadas no seguinte endereço citado, pelo telefone: (63) 3452-1408, de Segunda as Sexta-feira, no Horário de 08:00 (oito horas) as 12:00 (meio dia), ou ainda pelo e-mail oficial: licitacao@novaolinda.to.gov.br.

Nova Olinda - TO 08 de Abril de 2020.

Adailton Alves Feitoza
Secretário Municipal de Administração

PALMEIRANTE**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Palmeirante, inscrita no CNPJ nº 25.064.049/0001-39, torna público que requereu ao NATURATINS, a Licença Ambiental de Operação - LO, para atividade de Centro de Produção de Abatedouro de Frango, localizado na AV. Tocantins, S/N, Palmeirante -TO. O empreendimento se enquadra na Resolução do CONAMA nº 237/97 e Resolução COEMA-TO nº 07/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta Atividade.

PALMEIRAS DO TOCANTINS**DECRETO Nº 13/2020, DE 19 DE MARÇO DE 2020.**

"DECRETA A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS, CRIA O GABINETE DE ENFRENTAMENTO DA CRISE SANITÁRIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS, Estado do Tocantins no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a atual situação que se encontra o país e o mundo em razão da Pandemia do COVID-19 já declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

CONSIDERANDO a preocupação desta Administração quanto à garantia da ordem pública, da saúde pública e do bem-estar social;

CONSIDERANDO as recomendações do Ministério da Saúde ante a gravidade e risco eminente à saúde pública para cancelar ou suspender qualquer evento que tenha aglomeração de pessoas a fim de evitar a possível propagação do vírus.

CONSIDERANDO a recomendação feita pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, através do Ofício 04/SVC/1ªPJTOC à Prefeitura Municipal de Palmeiras do Tocantins.

CONSIDERANDO também a necessidade de intensificar as ações de enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e de forma primordial, resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate a propagação do vírus.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em saúde pública no Município de Palmeiras do Tocantins em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratória (COVID-19), causada pelo agente novo "coronavírus".

Parágrafo único. Ficam adotadas em nível Municipal no que couber, resguardadas suas singularidades, todas as medidas restritivas impostas pelo Governo Estadual e Federal.

Art. 2º Fica vedada por tempo indeterminado, a realização de quaisquer eventos em que ocorra a aglomeração de pessoas, a fim de evitar a contaminação pelo Covid-19 "Coronavírus", conforme orientação do Ministério da Saúde.

I - Também ficam vedadas, por prazo indeterminado, as atividades em praças públicas e privadas sob a gestão do poder público municipal ou de propriedade particular, tais quais feiras livres, estádios, ginásios, academias ou qualquer outra praça com equipamentos compartilhados.

II - Também é vedado as atividades festivas (serestas, festas particulares, familiares, públicas), atividades religiosas, atividades esportivas e em academias e espaços fechados onde possa ocorrer aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. A vedação de que trata este artigo abrange todos os eventos públicos ou privados, autorizados ou não pela Administração Pública e, ainda, enquanto perdurar a emergência, estará suspensa a emissão de alvarás e cancelados aqueles porventura emitidos para esse fim.

Art. 3º Fica determinado que o atendimento ao público passa a ser das 07:30 às 13:30h em toda a rede pública municipal com exceção da saúde que presta um serviço essencial a toda sociedade, devendo os servidores se atentarem às orientações dos órgãos de saúde em relação a higiene.

Parágrafo único. Ficam dispensados de trabalhar, por tempo indeterminado, os servidores públicos municipais com mais de 60 (sessenta) anos, ou que possuem hipertensão, asma, diabetes, bronquite, HIV, ou quaisquer outras doenças que os deixem no grupo de risco em relação ao Covid-19, mediante comprovação direta ao chefe da pasta ao qual o servidor é subordinado.

Art. 4º Fica estabelecido que em bares e restaurantes, a distância entre mesas seja de no mínimo 02 (dois) metros. Sob pena de eventualmente incorrerem nas penas criminais, cíveis e administrativas.

Art. 5º Fica determinado que a partir do dia 20 de março de 2020 a circulação dos ônibus que fazem o traslado dos municípios da zona rural até a sede do Município, estão suspensos por tempo indeterminado.

Art. 6º Continuam suspensas as atividades escolares de toda a rede municipal de ensino por tempo indeterminado.

Art. 7º Fica suspenso o atendimento no prédio da Prefeitura de Palmeiras do Tocantins por tempo indeterminado permanecendo apenas os serviços essenciais internos.

Art. 8º Fica determinado que toda e qualquer viagem a serviço de servidores e empregados públicos deverá ser previamente autorizada pelo respectivo secretário de cada pasta sendo autorizadas somente aquelas extremamente necessárias.

Art. 9º Ficam suspensos os serviços de saúde pública bucal/odontológica, exceto aqueles relacionados a atendimentos de urgências e emergências;

Art. 10. Fica criado o Gabinete de Enfrentamento da Crise Sanitária, conforme os protocolos estabelecidos no art. 4º, da Lei nº 13.979/2020, composto por autoridades sanitárias de saúde e outras autoridades necessárias do quadro de servidores do município de Palmeiras do Tocantins, para o efetivo enfrentamento da contaminação pelo Covid-19, nomeados pelo Executivo Municipal.

I - Este Gabinete será regulamentado por Portaria publicada posteriormente Parágrafo único. O Gabinete de que trata este artigo é temporário e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19.

Art. 11. Poderão ser adotadas outras medidas pelo poder público municipal a qualquer momento a partir da comprovação da necessidade, segundo os próximos boletins oficiais emitidos pelos órgãos de saúde Nacional, Estadual e pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, aos dezanove dias do mês de março de 2020.

Erinalva Alves Braga
Prefeita Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CONTRATANTE: O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.427.697/0001-59, sediada a Avenida Nossa Senhora de Nazaré, nº 17, Centro, na cidade de Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins. CONTRADA: R2S - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.859.713/0001-12, com sede na Avenida Filadélfia, nº 881, Qd: 32, Lt: 04, Sala: 03, Setor Oeste, Araguaína - TO, CEP: 77.816-540. OBJETO: Execução dos serviços e locação de veículos de passeio e utilitários, para atender o Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR GLOBAL: R\$ 137.500,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais). Data de assinatura do Contrato: 14 de fevereiro de 2020. Início da Prestação de Serviços 17 de fevereiro de 2020. Vigência do Contrato: 17/02/2020 até 31/12/2020. JOSÉ APARECIDO ALMEIDA DAMASCENO - Secretário Municipal de Assistência Social - Contratante

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020. CONTRATANTE: A SECRETARIA/FUNDO DE EDUCAÇÃO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS/TO, órgão do Poder Executivo Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.073.458/0001-57, sediada a Rua Mariano Araújo Lima, S/N, Centro, na cidade de Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins. CONTRADA: A empresa R2S - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.859.713/0001-12, com sede na Avenida Filadélfia, nº 881, Qd: 32, Lt: 04, Sala: 03, Setor Oeste, Araguaína - TO, CEP: 77.816-540. OBJETO: Execução dos serviços e locação de veículos utilitários, para atender a Secretaria/Fundo Municipal de Educação de Palmeiras do Tocantins. VALOR GLOBAL: R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais). Data de assinatura do Contrato: 14 de fevereiro de 2020. Início da Prestação de Serviços 17 de fevereiro de 2020. Vigência do Contrato: 17/02/2020 até 31/12/2020. ERISVAN PEREIRA DE SOUSA - Secretária Municipal de Educação - Contratante.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020. PROTOCOLO Nº 08/2020. CONTRATANTE: A SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, situada à Rua Mariano Araújo Lima, S/N, Centro, Palmeiras do Tocantins, CEP: 77.913-000, inscrito no CNPJ sob o nº 06.073.458/0001-57. CONTRADA: R2S - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.859.713/0001-12, com sede na Avenida Filadélfia, nº 881, Qd: 32, Lt: 04, Sala: 03, Setor Oeste, Araguaína - TO, CEP: 77.816-540. OBJETO: Execução dos serviços e locação de veículos para atender o transporte de alunos da rede municipal de ensino, durante o ano letivo de 2020, atendendo a Secretaria/Fundo Municipal de Educação. VALOR GLOBAL: R\$ 673.500,00 (seiscentos e setenta e três mil e quinhentos reais). Data de assinatura do Contrato: 14 de fevereiro de 2020. Data de assinatura do Contrato: 14 de fevereiro de 2020. Início da Prestação de Serviços 17 de fevereiro de 2020. Vigência do Contrato: 17/02/2020 até 31/12/2020. ERISVAN PEREIRA DE SOUSA - Secretária Municipal de Educação. Contratante.

PALMEIRÓPOLIS

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

A Srª Marlene Correia Silva, Secretária Executiva de Gestão Município de Palmeirópolis, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o parecer do Sr. Pregoeiro e da Equipe de Apoio e ainda o parecer da assessoria jurídica, HOMOLOGA o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 010/2020-ADM, a fim de se realizar a Contratação de empresa distribuidora de gás P-13 para ser utilizado pela secretaria executiva de Gestão da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO, e demais fundos signatários a este certame, FME, FMS E FMAS, conforme especificação constante do presente Termo de Referência, parte integrante desse Edital. Homologo a empresa: (A) ELIAS SANTOS LOBEU - ME - CNPJ: 26.924.579/0001-72, estabelecida na Rua 10 nº 26, Centro, PALMEIRÓPOLIS-TO, CEP: 77.365-000, representado pelo senhor ELIAS SANTOS LOBEU, portador do RG nº 684679 SSP - TO, portador do CPF nº 019.950.051-77. Com o valor Total de R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais) referente ao Lote 01. Nos termos da Ata de Julgamento do dia 02 de Abril de 2020.

Palmeirópolis/TO, em 03 de Abril de 2020.

Marlene Correia Silva
Secretária Executiva de Gestão

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRÓPOLIS**

A Srª Marcia Araújo Moura, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Palmeirópolis, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o parecer do Sr. Pregoeiro e da Equipe de Apoio e ainda o parecer da assessoria jurídica, HOMOLOGA o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 010/2020 - ADM, a fim de se realizar a Contratação de empresa distribuidora de gás P-13 para ser utilizado pela secretaria executiva de Gestão da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO, e demais fundos signatários a este certame, FME, FMS E FMAS, conforme especificação constante do presente Termo de Referência, parte integrante desse Edital. Homologo a empresa: (A) ELIAS SANTOS LOBEU - ME - CNPJ: 26.924.579/0001-72, estabelecida na Rua 10, nº 26, Centro, PALMEIRÓPOLIS-TO - CEP: 77.365-000, representado pelo senhor ELIAS SANTOS LOBEU, portador do RG nº 684679 SSP - TO, portador do CPF nº 019.950.051-77. Com o valor Total de R\$: 5.950,00 (Cinco Mil, Novecentos e Cinquenta Reais) referente ao Lote 01. Nos termos da Ata de Julgamento do dia 02 de Abril de 2020.

Palmeirópolis/TO, em 03 de Abril de 2020.

Marcia Araújo Moura
Gestora do FMS

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMEIRÓPOLIS**

O Sr. Bartolomeu Moura Junior, Gestor do Fundo Municipal de Educação de Palmeirópolis, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o parecer do Sr. Pregoeiro e da Equipe de Apoio e ainda o parecer da assessoria jurídica, HOMOLOGA o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 010/2020 - ADM, a fim de se realizar a Contratação de empresa distribuidora de gás P-13 para ser utilizado pela secretaria executiva de Gestão da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO, e demais fundos signatários a este certame, FME, FMS E FMAS, conforme especificação constante do presente Termo de Referência, parte integrante desse Edital. Homologo a empresa: (A) ELIAS SANTOS LOBEU - ME, CNPJ: 26.924.579/0001-72, estabelecida na Rua 10, nº 26, Centro, PALMEIRÓPOLIS-TO, CEP: 77.365-000, representado pelo senhor ELIAS SANTOS LOBEU, portador do RG nº 684679 SSP - TO, portador do CPF nº 019.950.051-77. Com o valor Total de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) referente ao Lote 01. Nos termos da Ata de Julgamento do dia 02 de Abril de 2020.

Palmeirópolis/TO, em 03 de Abril de 2020.

Bartolomeu Moura Junior
Gestor do Fundo Municipal de
Educação de Palmeirópolis

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRÓPOLIS

A Srª Ana Paula Rodrigues Alves Vaz, Secretária de Assistência Social de Palmeirópolis, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o parecer do Sr. Pregoeiro e da Equipe de Apoio e ainda o parecer da assessoria jurídica, HOMOLOGA o resultado do processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2020 - ADM, a fim de se realizar a Contratação de empresa distribuidora de gás P-13 para ser utilizado pela secretaria executiva de Gestão da Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO, e demais fundos signatários a este certame, FME, FMS E FMAS, conforme especificação constante do presente Termo de Referência, parte integrante desse Edital. Homologo a empresa: (A) ELIAS SANTOS LOBEU - ME - CNPJ: 26.924.579/0001-72, estabelecida na Rua 10, nº 26, Centro, PALMEIRÓPOLIS-TO, CEP: 77.365-000, representado pelo senhor ELIAS SANTOS LOBEU, portador do RG nº 684679 SSP - TO, portador do CPF nº 019.950.051-77. Com o valor Total de R\$ 6.375,00 (seis mil, trezentos e setenta e cinco reais) referente ao Lote 01. Nos termos da Ata de Julgamento do dia 02 de Abril de 2020.

Palmeirópolis/TO, em 03 de Abril de 2020.

Ana Paula Rodrigues Alves Vaz
Gestora do FMAS

PARANÁ

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 085/2020
PROC. Nº 085/2020.**

OBJETO: Aquisição de Pneus.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 085/2020, Pregão Presencial SRP nº 085/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 26.122.0003.2.045, 10.122.0003.2.063, 12.122.0003.2.051, 12.361.0019.2.055, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 3.3.90.30 Fonte: 10, 404, 40, 20.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná.

CONTRATADA: DIOSMARIOPIRESALVESME, CNPJ: 01.501.276/0001-16.

SIGNATÁRIOS: Prefeitura Municipal de Paraná

VALOR TOTAL: R\$ 506.664,00 (quinhentos e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ E FUNDOS

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 085/2020
PROC. Nº 085/2020.**

OBJETO: Aquisição de Pneus.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 085/2020, Pregão Presencial SRP nº 085/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 26.122.0003.2.045, 10.122.0003.2.063, 12.122.0003.2.051, 12.361.0019.2.055, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 3.3.90.30 Fonte: 10, 404, 40, 20.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: DIOSMARIOPIRESALVESME, CNPJ: 01.501.276/0001-16.

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Saúde

VALOR TOTAL: R\$ 357,050,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e cinquenta reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 085/2020
PROC. Nº 085/2020.**

OBJETO: Aquisição de Pneus.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 085/2020, Pregão Presencial SRP nº 085/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 26.122.0003.2.045, 10.122.0003.2.063, 12.122.0003.2.051, 12.361.0019.2.055, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 3.3.90.30 Fonte: 10, 404, 40, 20.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Educação

CONTRATADA: DIOSMARIOPIRESALVESME, CNPJ: 01.501.276/0001-16.

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Educação

VALOR TOTAL: R\$ 145,440,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 085/2020
PROC. Nº 085/2020.**

OBJETO: Aquisição de Pneus.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 085/2020, Pregão Presencial SRP nº 085/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 26.122.0003.2.045, 10.122.0003.2.063, 12.122.0003.2.051, 12.361.0019.2.055, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 3.3.90.30 Fonte: 10, 404, 40, 20.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: DIOSMARIOPIRESALVESME, CNPJ: 01.501.276/0001-16.

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 92.612,00 (noventa e dois mil, seiscentos e doze reais).

Phadyme Peixoto Curado Macedo

Presidente CPL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: MC COM. DE EQUIP. HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 31.496.882/0001-51.

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 11.438,00 (onze mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: LIDER OFFICE MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME, CNPJ: 19.606.697/0001 - 77

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 19.717,00 (dezenove mil, setecentos e dezessete reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: MD OLIVEIRA, CNPJ: 12.257.927/0001-90

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA MULT MARCAS EIRELI, CNPJ: 05.511.763/0001-10

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 6.682,00 (seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: PONTUAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, CNPJ: 09.097.727/0001 - 03

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 18.444,00 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP: Nº 093/2020
PROC. Nº 093/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material Permanente.

VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.

BASE LEGAL: Processo nº 093/2020, Pregão Presencial SRP nº 093/2020, Lei 8.666/93.

RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA - ME, CNPJ: 30.313.649/0001 - 23

SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social

VALOR TOTAL: R\$ 21.015,00 (vinte um mil, e quinze reais).

Silmara Lustosa Ribeiro
Fundo Municipal de Assistência Social

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 094/2020
PROC. Nº 094/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material e Suprimentos de Informática.
VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.
BASE LEGAL: Processo nº 094/2020, Pregão Presencial SRP nº 094/2020, Lei 8.666/93.
RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADA: MC COM. DE EQUIP. HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 31.496.882/0001-51.
SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 57.776,50 (cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 094/2020
PROC. Nº 094/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material e Suprimentos de Informática.
VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.
BASE LEGAL: Processo nº 094/2020, Pregão Presencial SRP nº 094/2020, Lei 8.666/93.
RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADA: LIDER OFFICE MOVEIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME, CNPJ: 19.606.697/0001 - 77
SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 49.170,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 094/2020
PROC. Nº 094/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material e Suprimentos de Informática.
VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.
BASE LEGAL: Processo nº 094/2020, Pregão Presencial SRP nº 094/2020, Lei 8.666/93.
RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADA: MD OLIVEIRA, CNPJ: 12.257.927/0001-90
SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 54.045,00 (cinquenta e quatro mil, quarenta e cinco reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 094/2020
PROC. Nº 094/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material e Suprimentos de Informática.
VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.
BASE LEGAL: Processo nº 094/2020, Pregão Presencial SRP nº 094/2020, Lei 8.666/93.
RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA MULT MARCAS EIRELI, CNPJ: 05.511.763/0001-10
SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 40.560,00 (quarenta mil, quinhentos e sessenta reais).

**EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 094/2020
PROC. Nº 094/2020.**

OBJETO: Futura Aquisição de Material e Suprimentos de Informática.
VIGÊNCIA: A vigência da ata será de 09 meses, contados a partir de sua publicação.
BASE LEGAL: Processo nº 094/2020, Pregão Presencial SRP nº 094/2020, Lei 8.666/93.
RECURSOS: Classificação Funcional: 08.122.0042.2.079, 08.244.0011.1.250, 08.244.0011.2.082, 08.244.0042.2.076, Natureza da despesa: 4.4.90.52 Fonte 700,10
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADA: PONTUAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP, CNPJ: 09.097.727/0001 - 03
SIGNATÁRIOS: Fundo Municipal de Assistência Social
VALOR TOTAL: R\$ 52.250,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Silmara Lustosa Ribeiro
Fundo Municipal de Assistência Social

PEDRO AFONSO**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 372/2020, firmado em 13/03/2020, com a empresa: CONSTRUTORA CRISTAL EIRELI CNPJ nº 05.247.582/0001-29; Objeto: Contratação de Empresa para implantação de rede de água no Setor Aeroporto II, referente ao convenio nº 368/2018; Amparo: Tomada de Preço nº 003/2020; Processo: 372/2020; Vigência: 04 (quatro) meses; Cobertura Orçamentária: 17.512.0006.1.015 (natureza da despesa), 4.4.90.51 (atividade/projeto); Valor Total: R\$ 103.906,39 (cento e três mil, novecentos e seis reais e trinta e nove centavos). Data da assinatura 13/03/2020; Signatários: pela Contratante: Jairo Soares Mariano e, pelo Contratado, Construtora Cristal EIRELI.

**EXTRATO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020**

PROCESSO: Nº 372/2020, ORGÃO INTERESSADO: Prefeitura Pedro Afonso. OBJETO: Contratação de Empresa para implantação de rede de água no Setor Aeroporto II, referente ao convenio nº 368/2018 Empresa Vencedora: CONSTRUTORACRISTALEIRELI CNPJ nº 05.247.582/0001-29, Valor Total: R\$ 103.906,39 (cento e três mil, novecentos e seis reais e trinta e nove centavos), data da realização 27/02/2020.

Joelma Gorete Carvalho e Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação

PIUM**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA
PREGÃO Nº 005/2020-FME**

O Pregoeiro do Município de Pium - TO, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados PREGÃO PRESENCIAL 005/2020, com abertura prevista para o dia 07 de abril de 2020, às 14h15Min, cujo objeto é, a Contratação de empresa para ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO CORPORATIVO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM- TO, PRORROGA -SE O PRAZO para 22 de abril de 2020, no mesmo horário.

O edital poderá ser retirado na sede da Prefeitura Municipal de Pium ou através do e-mail: cplpiumto2019@gmail.com. Maiores informações pelo telefone: (63) 3368-1401.

Antônio Augusto P. Braga
Pregoeiro

**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA
PREGÃO Nº 006/2020-FME**

O Pregoeiro do Município de Pium - TO, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados PREGÃO PRESENCIAL 006/2020, com abertura prevista para o dia 07 de abril de 2020, às 16h15Min, cujo objeto é, Contratação de Empresa para ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO CORPORATIVO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM- TO, PRORROGA - SE O PRAZO para 22 de abril de 2020, no mesmo horário.

O edital poderá ser retirado na sede da Prefeitura Municipal de Pium ou através do e-mail: cplpiumto2019@gmail.com. Maiores informações pelo telefone: (63) 3368-1401.

Antônio Augusto P. Braga
Pregoeiro

RIACHINHO**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preços 001/2020, Pregão Presencial nº 02/2020. Objeto: Registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses, para eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços Mecânicos e Fornecimento de Peças Automotivas para os veículos que compõe a frota desta Municipalidade. Fornecedores: L LEITE SILVA inscrita no CNPJ sob nº 10.2363987/0001-00, Lote 01: 1 a 7, 10% (dez por cento) de desconto e Item 8 a R\$ 93,00 no Valor Unitário; Lote 02: 1 a 15, 10% (dez por cento) de desconto e Item 16 a R\$ 93,00 no Valor Unitário; Lote 03: 1 a 6, 10% (dez por cento) de desconto e Item 7 a R\$ 78,00 no Valor Unitário; Lote 04: 1 a 2, 10% (dez por cento) de desconto e Item 3 a R\$ 78,00 no Valor Unitário e; Lote 05: 1 a 2, 10% (dez por cento) de desconto e Item 3 a R\$ 78,00 no Valor Unitário. VALIDADE: 12 Meses. DATA DE ASSINATURA: 06 de Abril de 2020.

Diva Ribeiro de Melo
Prefeita

SÃO FÉLIX DO TOCANTINS**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****REPUBLICAÇÃO**

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS-TO, através da comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, torna público que fará realizar na sala de reuniões da CPL, situada na Av. Dr. Rubinho, Qd. 29, Lote 11, São Félix do Tocantins:

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) 003/2020, no dia 22 de Abril de 2020, às 09h:00, tipo menor preço por Item, visando aquisição de merenda escolar e produtos de limpeza para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação, No Sistema Registro de Preço (SRP). O edital deverá ser retirado junto a CPL na Prefeitura Municipal de São Félix do Tocantins das 08h às 12h de Segunda a sexta maiores informações telefone: (63) 3576 -1096.

São Félix do Tocantins - TO, 06 de Abril de 2020.

José Paulo Batista Ribeiro
Pregoeiro

PUBLICAÇÕES PARTICULARES**EDITAL DE COMUNICAÇÃO**

A Srª Ana Carla Souza Tavares Assunção, inscrito no CPF Nº 040.134.491-61, torna público que requereu junto ao NATURATINS: As licenças (Previa, Instalação e Operação) para atividade de Bovinocultura, na Fazenda Talismã III em Paranã-TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97 e COEMA 007/2005, referente ao Licenciamento Ambiental deste tipo de atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa BASE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.099.592/0001-58, torna público que requereu à Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas, a renovação da Licença Municipal de Instalação - LMI nº 40/2018 para o microparcelamento do solo, instalação do saneamento básico (rede de água e esgoto) e rede de energia elétrica da Quadra ARSE 153, localizado na região sudoeste do Plano Diretor de Palmas-TO. O empreendimento se enquadra nas resoluções CONAMA nº 001/86 e 237/97, na Lei Municipal nº 1011/2011 e Decreto Municipal nº 244/2002, que dispõem sobre o licenciamento ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

EVANGELISTA & NUNES LTDA, nome fantasia SUPER GÁS BURITI CNPJ nº 26.749.739/0001-91, em atendimento à Resolução CONAMA nº 06/86, torna público que REQUEREU ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a emissão de Dispensa de Licenciamento Ambiental à Rua Novo Horizonte, nº 839, Centro, Buriti do Tocantins/TO.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Giovanna Pires Barcelos, cadastrada sob o CPF nº 018.775.651-13, torna público que requereu junto ao INSTITUTO DE NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para Fazenda Santa Maria á atividade de Agricultura localizada na gleba Anajá, loteamento pombas, Zona Rural, no município Palmeirante-TO, conforme Resolução Conama nº 6, de 24 de janeiro de 1986 e Resolução COEMA/TO nº 07, de 9 de agosto de 2005.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa H.C.I. HEMODINAMICA E CARDIOLOGIA INVASIVA DE GURUPI LTDA, CNPJ: 31.769.180/0001-02, torna público que requereu a Prefeitura Municipal de Gurupi, as Licenças Prévia (LMP), de Instalação (LMI) e de Operação (LMO) para a Atividade de Atendimento Hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências, com endereço na R Presidente Getulio Vargas, Quadra 11, Lote 11, nº 1240, Setor Central, CEP: 77.402-090, município de Gurupi - TO. O empreendimento se enquadra nas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e do COEMA nº 91/2019, as quais dispõem sobre o Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

LEAL & RIBEIRO LTDA, nome fantasia AUTO POSTO NEBLINA, CNPJ nº 03.438.380/0001-39, em atendimento à Resolução CONAMA nº 06/86, torna público que RECEBEU do Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a emissão de ATCP - Autorização de Transporte de Cargas Perigosas para a atividade de transporte rodoviário de combustíveis derivados de petróleo, sito à Avenida Cônego João Lima, nº 1.591, QD. 1A, Centro, Araguaia - TO.

**EDITAL - COMUNICADO - PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS 2020 - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE NO ESTADO DO TOCANTINS - SINTRAS-TO**

A Comissão Eleitoral, considerando a continuidade da pandemia COVID-19 (CORONAVIRUS), sem previsão de retorno a normalidade sanitária, objetivando evitar o contágio e propagação entre os filiados, funcionários, dirigentes e participantes do processo eleitoral (mesários e escrutinadores), decidiu pela prorrogação da suspensão do processo eleitoral até 30 (trinta) de abril de 2020 (dois mil e vinte), quando, então, será feita nova avaliação e remarcação das datas para coleta de votos. Palmas-TO, 06 de abril de 2020. (As.) Renato Soares Pires Melo, CPF: 026.639.037-44 (Comissão Eleitoral); Gustavo Jaime Perpétuo Coelho, CPF: 636.609.386-53 (Comissão Eleitoral); José Roque Rodrigues Santiago, CPF: 233.278.551-53 (Comissão Eleitoral).